



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
CÂMPUS DE TRÊS LAGOAS

**ALESSANDRA DIAS CARVALHO**

**A (DES) CONSTRUÇÃO  
IDENTITÁRIA DE INDÍGENAS SUL-  
MATO-GROSSENSES NO  
CONTEXTO DISCURSIVO DO  
*FACEBOOK***

TRÊS LAGOAS (MS)  
2014

**ALESSANDRA DIAS CARVALHO**

**A (DES) CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA  
DE INDÍGENAS SUL-MATO-  
GROSSENSES NO CONTEXTO  
DISCURSIVO DO *FACEBOOK***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* – Mestrado em Letras, do Câmpus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como exigência para a obtenção do título de Mestre em Letras, sob a orientação da Profa. Dra. Vânia Maria Lescano Guerra.

**Área de Concentração: Estudos Linguísticos**

**TRÊS LAGOAS - MS  
2014**

## **BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Vânia Maria Lescano Guerra  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
- **Presidente**

---

Profa. Dra. Claudete Cameschi de Souza  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
– **Membro Titular**

---

Profa. Dra. Silvane Aparecida de Freitas  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
– **Membro Titular**

---

Profa. Dra. Maria Ines Pagliarini Cox  
Universidade Federal de Mato Grosso  
- **Suplente**

## AGRADECIMENTOS

À CAPES, pelo apoio financeiro à pesquisa realizada no Programa de Pós-graduação da UFMS/Unidade de Três Lagoas (CPTL).

À minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vânia Guerra, pelos valerosos ensinamentos acadêmicos e pelo compromisso com que realizou seu trabalho e por ter acreditado na minha determinação na busca do conhecimento.

A Deus, por ter lançado este desafio em minha vida e me dado saúde, tranquilidade e força para superar todos os obstáculos, ao longo desta caminhada.

Ao meu marido Ediclei, pela paciência, atenção, carinho e amor dedicados a mim em todos os momentos, e também, por ter vivenciado e sentido tanto quanto eu todas as alegrias e frustrações desse período; afinal suas palavras serenas e seus abraços acolhedores sempre me guiaram e fizeram com que eu chegasse até aqui.

À minha família. À minha mãe, pelas orações e pelas palavras incentivadoras nos momentos em que eu fraquejava.

Ao meu pai, por sempre me alertar que o caminho para o sucesso é o conhecimento.

Às minhas irmãs, pela compreensão de minha ausência, em momentos que precisavam de meu apoio.

Às minhas amigas, Carina, Rose Mary e Vanda, por embarcarem comigo nessa trajetória, apoiando-me a cada momento de alegria e tristeza e por partilhar seus conhecimentos científicos.

Aos meus amigos conquistados durante o mestrado, em especial Daniele, Ana Alice e Willian pelo companheirismo, pelos momentos reflexivos e de descontração durante as aulas e viagens a eventos.

Aos professores doutores Claudete Cameschi de Souza e Wagner Corsino Enedino pelas contribuições durante o exame de qualificação do meu texto e à professora doutora Silvana Aparecida de Freitas pelos ensinamentos por ocasião da defesa.

A todos da Escola Particular Educandário Santa Clara – Preve Objetivo, em especial ao diretor, Prof. Julio Carlos da Silva, pelo pleno apoio e incentivo em relação aos meus estudos.

Aos professores do Mestrado em Letras, pelos ensinamentos durante as disciplinas ministradas.

A Deus, à minha mãe, ao meu pai e ao meu  
esposo, por serem meus companheiros  
incondicionais.

*Momento importante, aquele em que uma sociedade atribuiu palavras, maneirismos e grandes frases, rituais de linguagem, à massa anônima do povo para que se possa falar de si mesmo – falar publicamente e sob a tripla condição de esse discurso ser dirigido e posto a circular no interior de um dispositivo de poder bem definido, de fazer aparecer o fundo até então quase perceptível das existências e de, a partir dessa guerra ínfima das paixões e dos interesses, dar ao poder a possibilidade de uma intervenção soberana.*  
(FOUCAULT, 1992, p.13).

CARVALHO, Alessandra Dias. **A (des)construção identitária de indígenas sul-mato-grossenses no contexto discursivo do Facebook**. 105 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2014.

O objetivo principal deste trabalho é problematizar a constituição identitária de indígenas sul-mato-grossenses a partir da interpretação da escrita em postagens realizadas na rede social denominada *Facebook*. Como objetivos específicos, visamos rastrear e apontar no discurso do/sobre o indígena, marcas de exclusão, por meio de análise da materialidade linguística encontrada nas construções verbais e verificar como esse sujeito indígena se representa e é representado nessa rede social. Partimos da hipótese inicial de que a representação identitária dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul, construída por meio de discursos veiculados no *Facebook*, não é a de sujeitos que se constituem por uma identidade fixa e imutável, mas trata-se de um grupo que se constitui em meio a um entrelaçamento de identificações, de si e do outro (o branco). Dessa maneira, pressupomos que os discursos produzidos, em meio ao espaço virtual, possuem marcas linguísticas que apontam para discursos de exclusão numa tentativa de (in)clusão social. Esta pesquisa justifica-se pela importância em mostrarmos, por meio da escrita acadêmica, um problema que atinge os segmentos sociais que é o conflituoso convívio entre os povos indígenas e o branco, e como este contato influencia no deslocamento identitário do indígena sul-mato-grossense, colocando-o num entre-lugar. A pesquisa ancora-se nas teorias da Análise do discurso, da perspectiva francesa, portanto, nos estudos de Pêcheux (2009,1990) e Orlandi (2007, 2008) no que tange aos conceitos de discurso e sujeito; Coracini (2007, 2010, 2011), Hall (2005) e Castells (1999) no que diz respeito ao estudo das identidades sociais. Para sustentar a análise sobre a escrita virtual articulamos estudos de Lévy (1996,1999) e de Baudrillard (2011). Para problematizar as relações de saber/poder, a escrita de si, assim como, o processo de subjetivação na constituição dos sujeitos, valemos dos pressupostos de Foucault (2012, 1987, 1983,1988, 2009). Metodologicamente, apoiando-nos na arqueogenealogia foucaultiana para historicizarmos os acontecimentos discursivos de modo a observar em que condições são produzidos os discursos acerca da temática indígena de Mato Grosso do Sul, no *Facebook*. A dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro apresentamos as condições de produção dos discursos produzidos acerca dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul, na rede social *Facebook*. No segundo, abordamos as concepções teóricas da Análise do Discurso, que julgamos fundamentais para a construção da pesquisa. No terceiro, apontamos algumas representações identitárias dos povos indígenas sul-mato-grossenses construídas por meio de discursos veiculados no *Facebook*. O *corpus* foi recortado a partir da noção de formação discursiva de Foucault (1987), pois tal conceito nos possibilita encontrarmos as regularidades existentes por trás da dispersão dos discursos presentes, em nosso estudo. Os resultados apontam que o indígena sul-mato-grossense representado no *Facebook* é perpassado pela cultura e pela voz do outro (o branco), portanto, é constituído em meio à tentativa de marcar seu espaço social.

**Palavras-chave:** Discurso; Identidade; Exclusão; Indígena; Facebook.

CARVALHO, Alessandra Dias. The (de) construction of the Indigenous of Sul-Mato-Grossensesl in the discursive context of Facebook. 105 f. Dissertation (Master of Arts) – Universidade Federal of Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2014.

The main objective of this paper is to discuss the identity constitution of the Indigenous of Mato Grosso do Sul from the interpretation of writing in postings made on the social network called Facebook. As specific objectives, we aim to track and point in the discourse of/on indigenous tombstones, by analyzing the linguistic materiality found in verbal constructions and see how this indigenous subject is represented and is represented in this social network. We start from the initial hypothesis that the identity representation of indigenous people of Mato Grosso do Sul, constructed through discourses broadcasted on Facebook, it is not the subject of which constitute a fixed and unchanging identity but this is a group that it is amid a tangle of identifications of self and other (the white). Thus, we assume that the discourses produced amid the virtual space, they have language tags that point to discourses of exclusion in an attempt to social inclusion. This research is justified by the importance of showing, through academic writing, a problem that affects the social segments that is conflictually coexistence between indigenous people and the white, and how this contact influences the identity displacement of the Indigenous of Mato Grosso do Sul by placing him in the context. The research is anchored in theories of discourse analysis, the French perspective, so the studies Pêcheux (2009,1990) and Orlandi (2007, 2008) in relation to the concepts of discourse and subject; Coracini (2007,2010,2011), Hall (2005) and Castells (1999) with regard to the study of social identities. To support analysis about virtual writing, we have the studies of Lévy (1996,1999) and Baudrillard (2011). To discuss the relations of power/knowledge, the writing itself, as well as the process of subjectivity in the constitution of subjects, it is worth the assumptions of Foucault (2012, 1987,1983,1988,2009). Methodologically, relying on Foucault archeogenealogy to make the historic discursive events in order to observe the conditions in which the discourses on indigenous issues of Mato Grosso do Sul in Facebook are produced. The dissertation is divided into three chapters. In the first we present the conditions of discourse production produced about the indigenous people of Mato Grosso do Sul, in the social network Facebook. Then, we discuss the theoretical conceptions of discourse analysis, which we believe to be fundamental for the construction of the research. In the third, we point out some identity representations of the Indigenous of Mato Grosso do Sul constructed through discourses broadcasted on Facebook. The corpus was cut from the notion of discursive formation, Foucault (1987), as this concept allows us to meet existing regularities behind the dispersion of discourses present in our study. Partial results show that the Indigenous of Mato Grosso do Sul represented on Facebook is permeated by the culture and by the voice of the other (the white) therefore consists in the midst of trying to mark their social space.

Keywords : Discourse; Identity; Exclusion; Indigenous; Facebook.

## SUMÁRIO

|                                   |    |
|-----------------------------------|----|
| CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS ..... | 10 |
|-----------------------------------|----|

### **CAPÍTULO 1 - AS CONDIÇÕES EM QUE SE REVELA O DISCURSO DE INDÍGENAS SUL-MATO-GROSSENSSES NO *FACEBOOK***

|                                                                                            |           |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1.1 Do advento da internet às redes sociais .....</b>                                   | <b>16</b> |
| 1.1. 2 O funcionamento discursivo do <i>Facebook</i> e sua política de funcionamento ..... | 20        |
| <b>1.2 A virtualização .....</b>                                                           | <b>22</b> |
| <b>1.3 Questões históricas dos sujeitos pesquisados .....</b>                              | <b>27</b> |
| 1.3.1 Direitos indígenas .....                                                             | 36        |

### **CAPÍTULO 2 - ANÁLISE DO DISCURSO E AS VÁRIAS MANEIRAS DE SE (RE) SIGNIFICAR**

|                                                                                 |           |
|---------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>2.1 Entre o Discurso e a linguagem: o sujeito .....</b>                      | <b>41</b> |
| <b>2.2 Da Formação Discursiva ao interdiscurso.....</b>                         | <b>44</b> |
| <b>2.3 Sobre o processo identitário.....</b>                                    | <b>47</b> |
| <b>2.4 Saber e poder .....</b>                                                  | <b>53</b> |
| <b>2.5 Escrita de si no <i>Facebook</i>: identidade em (des)construção.....</b> | <b>55</b> |

### **CAPÍTULO 3 - UM OLHAR DISCURSIVO SOBRE AS MARCAS DE EXCLUSÃO E A (DES) CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE INDÍGENAS NO *FACEBOOK***

|                                                                            |           |
|----------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>3.1 O <i>Facebook</i> como ferramenta de denúncia de exclusão .....</b> | <b>60</b> |
| <b>3.2 A luta dos indígenas pela conquista do espaço territorial .....</b> | <b>71</b> |

|                           |    |
|---------------------------|----|
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 79 |
|---------------------------|----|

|                   |    |
|-------------------|----|
| REFERÊNCIAS ..... | 83 |
|-------------------|----|

|                                     |    |
|-------------------------------------|----|
| ANEXO A – MEMORIAL DESCRITIVO ..... | 88 |
|-------------------------------------|----|

|                          |    |
|--------------------------|----|
| ANEXO B – POSTAGENS..... | 95 |
|--------------------------|----|

## CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Esta pesquisa tem como objetivo principal problematizar a constituição identitária de indígenas sul-mato-grossenses a partir da interpretação da escrita de postagens realizadas na rede social denominada *Facebook*. Dessa maneira, promovemos reflexões em torno da identidade - mesmo que provisória - do indígena de Mato Grosso do Sul, a qual é perpassada pelos discursos de sujeitos pós-modernos, na vertente que se apoia no espaço virtual. Para tanto, rastreamos e apontamos no discurso do/sobre o indígena, marcas de exclusão, por meio de análise da materialidade linguística, encontrada nas construções verbais, assim como, verificamos como esse sujeito indígena se representa e é representado nessa rede social.

Levantamos a hipótese inicial de que a representação identitária dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul, construída por meio de discursos veiculados no *Facebook*, não é a de sujeitos constituídos por uma identidade fixa e imutável, como no processo identitário clássico, mas trata-se de um grupo que se constitui em meio a um emaranhado e entrelaçamentos de identificações de si e do outro (o branco), portanto, representações as quais indicam a existência de uma grande crise identitária vivenciada por esses sujeitos.

Pressupomos haver nos discursos produzidos, em meio ao espaço virtual, marcas linguísticas que apontam para discursos de exclusão numa tentativa de (in)clusão social. Tal hipótese nos remete a questionamentos tais como: 1) Quais são as marcas linguísticas que apontam para o discurso de exclusão?; 2) Em que condições sociais, históricas e políticas se firmam os discursos do/sobre os indígenas, em pauta, na referida rede social?; 3) Como o indígena sul-mato-grossense está sendo representado, ou seja, como ele é significado e se significa, no espaço virtual? Enfim, são essas reflexões que preenchem o objetivo principal desta pesquisa, na direção da problematização da constituição identitária de indígenas sul-mato-grossenses no *Facebook*.

Para respondermos às perguntas levantadas, analisamos postagens retiradas de páginas<sup>1</sup> criadas no *Facebook*, as quais têm como objetivo em comum a propagação das causas indígenas. Extraímos os recortes de duas páginas, a saber: *Solidariedade ao*

---

<sup>1</sup> É um recurso disponibilizado pela rede social do *Facebook*. Essas páginas públicas constituem locais em que as empresas divulgam e compartilham seus produtos; onde as celebridades mencionam seus projetos e as comunidades discutem tópicos de interesses comuns.

*Povo Guarani Kaiowá e Apoiamos os povos indígenas de Todas as Etnias*. Optamos por analisar postagens dessas duas páginas porque abordam frequentemente a temática indígena de grupos pertencentes ao Estado de Mato Grosso do Sul.

Este estudo justifica-se pela importância em mostrarmos, por meio da escrita acadêmica, um problema que atinge os segmentos sociais: o conflituoso convívio entre os povos indígenas e o branco, e como esse contato influencia no deslocamento identitário do indígena sul-mato-grossense, colocando-o no entre-lugar da cultura e da língua. Propomos analisar a constituição identitária de indígenas desse Estado na tentativa de mostrar como se constituem os discursos que envolvem a problemática da exclusão enfrentada por esses sujeitos em suas lutas constantes pela retomada de terras. Optamos por abordar essa problemática por meio da análise de recortes retirados de publicações no *Facebook* porque, atualmente, o mesmo é considerado a maior rede social do mundo e atinge um vasto público, portanto, nele encontramos variados posicionamentos discursivos acerca da temática indígena. E, também, por ser um campo discursivo resultado dos grandes avanços tecnológicos que o processo de globalização proporcionou. Sendo assim, é um campo discursivo atual e ainda pouco explorado no aspecto de desenvolvimento de pesquisas de cunho científico, capazes de questionarem as relações políticas, econômicas e de poder social que perpassam esse *site* e muitas vezes são esquecidas, silenciadas ou camufladas. Afinal, o *Facebook* conquista, diariamente, usuários de vários lugares do mundo, de diferentes povos, de diversas idades e classes sociais.

Ao propormos o estudo dessa identidade social, concebemos o discurso e o sujeito como são postulados pela perspectiva da Análise do Discurso (AD), de linha francesa, que não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, considerando a produção de sentidos, o homem na sua história, os processos e as condições de produção da linguagem, ou seja, a AD trabalha com a relação estabelecida pela língua e os sujeitos que a falam, nas situações em que o dizer é produzido, uma vez que consideramos que todo discurso é heterogêneo permeado de outros discursos, manifestação da memória discursiva e de dizeres outros que nos constituem como sujeitos. (GUERRA, 2012).

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir da proposta teórica transdisciplinar que se apoia nos Estudos Culturais, para tanto ela encontra-se ancorada no arcabouço teórico

da Análise do discurso, na perspectiva francesa, a partir dos estudos de Pêcheux (2009,1990) e Orlandi (2007, 2008), no que tange aos conceitos de discurso e sujeito; Coracini (2007, 2010, 2011), Hall (2005) e Castells (1999), no que diz respeito ao estudo das identidades sociais; para sustentar a análise sobre a escrita virtual, Lévy (1996, 1999) e Baudrillard (2011); para problematizar as relações de saber/poder, a escrita de si, assim como, o processo de subjetivação na constituição dos sujeitos, Foucault (2012, 1987, 1983,1988, 2009).

Metodologicamente, apoiando-nos na arqueogenealogia foucaultiana para historicizarmos os acontecimentos discursivos, as condições em que são produzidos os discursos acerca da temática indígena de Mato Grosso do Sul, no *Facebook*. O *corpus* foi recortado a partir da noção de formação discursiva de Foucault (1987), pois a mesma nos possibilitou encontrar as regularidades existentes por trás da dispersão dos discursos presentes em nossos dados, já que nesse âmbito teórico o discurso é considerado uma prática que constrói seu sentido nas relações sociais e na linguagem em funcionamento. Dessa forma, buscamos apontar os processos de subjetivação constituintes do sujeito indígena.

Por meio de uma análise prévia da materialidade linguística dos discursos postados nas páginas indígenas, foi possível traçarmos dois eixos discursivos para compormos nossa análise, porque verificamos algumas regularidades discursivas, tais como: a frequência de postagens com discursos que apontam para a denúncia da violência e segregação enfrentada por eles e o embate entre o branco e o indígena pela conquista da terra. Diante dessas regularidades discursivas, recortamos o nosso *corpus* a partir de postagens que tratam das questões indígenas dos povos pertencentes ao Estado de Mato Grosso do Sul.

Sendo assim, num primeiro momento analisamos cinco recortes de postagens que apontam para o fato de os indígenas utilizarem a rede social como ferramenta discursiva para denunciarem a exclusão social; e num segundo momento analisamos mais cinco excertos, os quais trazem à baila os discursos marcados pela materialidade linguística da luta indígena na conquista do espaço territorial. Por uma questão didática, enumeramos e nomeamos os recortes. Estabelecemos uma sequência numérica de **1** a **10** que se apresenta, juntamente com a letra **P** (de Postagem). Portanto, **P.1**, **P.2** e assim, sucessivamente.

Nosso estudo<sup>2</sup> contribui para com o grupo de pesquisa, no qual este trabalho está inserido, denominado *O Processo Identitário do Indígena de Mato Grosso do Sul: Análise Documental e Midiática da Luta pela Terra*. Esse grupo de pesquisa é liderado pela Prof. Dr. Vânia Maria Lescano Guerra<sup>3</sup> que, por meio da fundamentação teórica transdisciplinar, baseada nos estudos de Foucault (1969, 2002, 2004), nas noções de Derrida (2001, 2002, 2003) e na perspectiva discursiva de Coracini (1991, 2003, 2007, 2009), problematiza os discursos acerca das construções identitárias de indígenas na mídia e em documentos oficiais.

Ressaltamos, dentre os vários trabalhos relevantes da pesquisadora sobre a temática, o estudo resultado de seu pós-doutoramento, intitulado *O indígena de Mato Grosso do Sul: práticas identitárias e culturais* (2009). Nele são apresentadas reflexões acerca da constituição identitária do indígena sul-mato-grossense por meio da análise do “Estatuto do Índio” e da “I Conferência Regional dos Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul”, ocorrida no ano de 2005. Essa pesquisa problematiza a imagem que os órgãos oficiais produzem do indígena sul-mato-grossense.

Motivada pela inquietude perante a exclusão social e pela inconformidade com o fato de que grande parte da sociedade insiste em silenciar e neutralizar os discursos de exclusão, a pesquisadora tece um discurso crítico sobre essas práticas discursivas de exclusão. Suas pesquisas integram ainda o grupo de pesquisa interinstitucional denominado *Vozes (in)fames: exclusão e resistência*, com sede no IEL/UNICAMP, no Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, supervisionado pela Prof. Dr. Maria José Coracini.

Ressaltamos, também, a obra de Limberti (2012), *A Imagem do índio: discursos e representações*, como um importante estudo sobre os povos indígenas, em que a autora faz uma análise da imagem do indígena a partir de um primeiro olhar narrado na Carta de Pero Vaz de Caminha, e estabelece contrapontos com a imagem produzida pelo jornal regional “O Progresso”, em que constata que o índio descrito na *Carta* é

---

<sup>2</sup> Estudo integrante da Pesquisa financiada pelo CNPq (Processo: 471597/2010-4), sob a coordenação da Profa. Dra. Vânia Maria Lescano Guerra.

<sup>3</sup> Docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, atua na pós-graduação em Letras, e pesquisadora do CNPq. Orienta e desenvolve pesquisas relacionadas às temáticas ligadas a mídia, exclusão, identidade, gênero, tradução e discursos críticos. Possui experiência na área de Linguística Aplicada, Análise do Discurso francesa e Estudos Culturais.

apresentado como “incapaz” e assimilado a animais selvagens, imagem que também perpassa os jornais de nossos dias.

Entre os trabalhos que envolvem os processos de escrita e identidade, no espaço virtual, temos relevantes publicações como *Da letra ao pixel e do pixel à letra: uma análise discursiva do e sobre o virtual*. Essa obra organizada por Maria José Coracini, Elzira Yoko Uyeno e Márcia Amador (2011) aborda a temática das chamadas novas tecnologias e o impacto que elas têm causado no cotidiano brasileiro.

No tocante à escrita de si em meio ao espaço virtual, merece destaque a obra organizada por Beatriz Maria Eckert-Hoff e Maria José Coracini (2010), *Escrit(ur)a de si e alteridade no espaço papel-tela: alfabetização, formação de professores, língua materna e estrangeira*. Dividida em quatro partes, a obra conta com artigos que abordam em geral a questão da escrita tanto na folha de papel como na tela do computador. A título de exemplo, Cristiane Dias apresenta, na terceira parte do livro, o artigo intitulado *A escrita de si em tempos de Chat: a narrativa do fragmentário*, em que analisa o contexto discursivo de um Chat direcionado a pessoas portadoras do vírus HIV. Nele, a pesquisadora discute a narratividade instaurada com as novas tecnologias digitais, pois acredita que nesse espaço de troca de informações, diálogos, escritas, o sujeito se constitui por meio de processos de subjetivação.

Esta dissertação é composta de três capítulos. O primeiro é dedicado à escavação, na história, das condições sociais e políticas nas quais surgiram a internet e as redes sociais; como é constituída a política organizadora do funcionamento discursivo do *Facebook*; como a virtualização influencia o deslocamento identitário dos sujeitos, assim como as questões históricas que envolvem os povos indígenas, em especial, os de Mato Grosso do Sul. Para tanto, apresentamos as condições de produção dos discursos produzidos acerca dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul, na rede social *Facebook*. Explanamos um percurso histórico que abrangeu desde o advento da internet até o surgimento das redes sociais, e buscamos compreender também, o processo de virtualização para desvelarmos o funcionamento discursivo do *Facebook*.

No segundo capítulo, articulamos conceitos da AD de origem francesa, os quais julgamos essenciais na constituição deste estudo, tais como: Discurso, Sujeito, Formação Discursiva, Interdiscurso, Identidade, Saber/poder e a escrita de si. Já, no último capítulo, apresentamos a análise dos dados levantados, problematizando a

constituição identitária do indígena de Mato Grosso do Sul perpassada na rede social *Facebook*, numa contribuição aos estudos da linguagem do mundo contemporâneo.

Esta pesquisa diferencia-se dos estudos que tratam da problemática indígena por abordar a imagem desses povos constituída em meio ao espaço virtual, especificamente, no *Facebook*. Embora existam vários trabalhos que discutem a temática, como também a escrita constituída em meio ao virtual, não encontramos estudos sobre a prática da escrita dos indígenas sul-mato-grossenses como forma de (des)construção identitária no contexto discursivo do *Facebook*. Vale dizer que o referido espaço de comunicação possui um campo discursivo heterogêneo e muito visibilizado, o qual possibilita a (des)construção e propagação de traços identitários permitindo assim, a (re)inscrição desses povos na história.

## CAPÍTULO 1 - AS CONDIÇÕES EM QUE SE REVELA O DISCURSO DE INDÍGENAS SUL-MATOGROSSENSES NO FACEBOOK

### 1.1 Do advento da internet às redes sociais

Antes de darmos sequência a este estudo sobre as redes sociais, cabe escavarmos o contexto histórico, em que a internet foi criada, bem como algumas de suas características, para depois, compreendermos o funcionamento discursivo das redes sociais, em especial, do *Facebook*, objeto de nossa pesquisa.

O estudioso português Castells (2003) afirma que a internet teve sua origem, na década de 60 e, até atingir a sua atual dimensão, passou por vários acontecimentos, os quais deixaram marcas na história e fizeram com que a mesma se constituísse. É esse percurso histórico que traçamos, na tentativa de compreendermos como a internet se iniciou e desenvolveu-se, até o surgimento das redes sociais. Verificamos, por meio deste levantamento histórico, como surgiram as redes sociais, de que maneira elas se inscrevem, na história, e quais são os fatores determinantes para sua rápida e crescente expansão. Segundo ele,

Embora a internet tivesse começado na mente dos cientistas da computação no início da década de 1960, uma rede de comunicações por computador tivesse sido formada em 1969, e comunidades dispersas de computação reunindo cientistas e hackers tivessem brotado desde o final da década de 1970, para a maioria das pessoas, para os empresários e para a sociedade em geral, foi em 1995 que ela nasceu. (CASTELLS, 2003, p. 19).

Nas palavras de Castells (2003, p.19), “[...] a Internet nasceu da improvável interseção da *big science*, da pesquisa militar e da cultura libertária”. O autor expõe que a Guerra Fria, com início também na década de 60, forneceu um contexto em que havia um grande apoio do governo dos EUA, para o investimento em ciência e em tecnologia. Ele afirma que a internet não teve sua origem, no mundo dos negócios, uma vez que era um projeto muito caro e visionário, portanto ela se desenvolveu, por meio de recursos públicos, disponibilizados pelo Pentágono americano.

Nesta esteira, em 1958 o *Departamento de Defesa dos Estados Unidos*, com o intuito de superar a tecnologia militar, em relação à União Soviética, criou uma rede de computadores montada pela *Advanced Research Projects Agency* (ARPA), a qual

recebeu o nome de Arpanet. Em 1975, a Arpanet foi transferida para a *Defense Communication Agency* (DCA), a empresa que criou uma conexão, entre várias redes sob seu controle, com o objetivo de tornar a comunicação por computador disponível para os diversos ramos das forças armadas. E, para tanto, estabeleceu a chamada “Defense Data Network”, operando com protocolos TCP/IP (Conjunto de protocolos de comunicação entre computadores em rede). Já, em 1983, de acordo com o sociólogo, o *Departamento de Defesa dos EUA*, preocupado com a segurança, criou uma rede independente para usos militares específicos. E a Arpanet tornou-se, então, a Arpa-Internet. Logo, em 1984, a National Science Foundation (NSF) criou sua própria rede de comunicações, entre computadores a NSFNET e, quatro anos mais tarde, começou a usar a Arpa-Internet como mais um aparato à sua infraestrutura, modificando o cenário da rede, pois colocaram, em circulação, pesquisas científicas e militares, como também conversas pessoais.

De acordo com Castells (2003), no início da década de 90, a internet foi libertada do ambiente militar do governo dos EUA e, desta forma, muitos provedores de serviços da internet montaram suas próprias redes, fazendo com que ela crescesse, rapidamente, como uma rede global de redes de computadores. E, em 1995, a NSFNET foi extinta, fato este que resultou na privatização da Internet.

O desenvolvimento da WWW (World Wide Web) - aplicação de compartimento de informação desenvolvida, em 1990, pelo inglês Tim Berners-Lee - foi um dos fatores responsáveis pela expansão da internet pelo mundo todo. Berners-Lee definiu e implantou o software, que possibilitava adicionar informação de e para qualquer computador conectado à internet. Ele denominou de *Hipertexto de World Wide Web* o programa navegador e editor, que construiu, em 1990. Mas, este software foi lançado, na internet, somente em 1991, e muitos hackers tentaram desenvolver seus próprios navegadores, a partir do trabalho dele.

Em conformidade com Castells (2003, p. 28), “[...] há algo de especial no caso da Internet. Novos usos da tecnologia, bem como as modificações reais nela introduzidas, são transmitidos de volta ao mundo inteiro, em tempo real”. Abrevia-se o processo de aprendizagem e de produção pelo uso, resultando num processo de aprendizagem, por meio da produção. E isto possibilitou seu rápido crescimento, tanto em relação ao número de redes, como no âmbito das aplicações. Em 1995, a internet já

possuía uma arquitetura técnica aberta, que permitia a interconexão de todas as redes de computadores, em qualquer lugar do mundo.

Naquele mesmo ano de 1995, a *Revista Veja* traz na edição número 1.381, no primeiro dia do mês de março, a reportagem intitulada “Internet, a rede planetária em que você ainda vai se plugar”, como capa desta edição, uma vez que este assunto era muito abordado pelo mundo todo. Esta reportagem, realizada por Eurípedes Alcântara, visa a exaltar as possibilidades de interações disponibilizadas, na rede, e define-a como detentora de um poder de “[...] empacotar todas as manifestações culturais na forma de bits [...]”. Portanto, essa reportagem já abordava a magnitude da interatividade por meio de redes. (ALCÂNTARA, 1995).

Juntamente com a virada do século, em 2001, as redes sociais ganham grande proporção em termos de criações, inovações e usuários, visto que a internet se popularizava, desde o ano 2000 Daquino (2012). Outro passo importante no avanço destas relações sociais, por meio de redes de computadores, foi o envio do primeiro *e-mail*, em 1971.

Como as redes sociais conquistavam cada vez mais usuários, começaram a surgir várias delas e uma infinidade de serviços oferecidos pelas mesmas. Segundo Daquino (2012), em 2002, surgiu o *Fotolog*, que constava de publicações baseadas em imagens e fotografias, acompanhadas de expressividade verbal. Neste mesmo ano, o Friendster foi lançado, na rede, sendo o primeiro serviço a receber o status de “rede social” e, em um espaço de apenas três meses, atingiu um público de mais de 3 milhões de usuários.

As redes sociais foram, gradativamente, estabelecendo-se, tais como: a *My Space*, em 2003; a *Linkedin*, que se apresentava inovadora, por ser direcionada a assuntos profissionais, logo, voltada a usuários empresários; o Orkut, em 2004, criada com a proposta de possibilitar laços de amizades, pela rede e, durante muitos anos, foi a mais utilizada pelos navegadores brasileiros. Mas, em 2011 o *Facebook*, ganhava um enorme público fazendo com que o Orkut perdesse um acentuado índice de usuários.

Este fato tomou mais força, no ano de 2011, apesar do *Facebook* ter sido criado, também em 2004, assim como o Orkut. A *Revista Veja* expõe, em sua edição 2.237 de 05 de outubro de 2011, um gráfico que demonstra o crescimento de usuários da internet, que já acessavam o *Facebook*. Este gráfico mostra que, em agosto de 2010, eram 598

milhões, já em agosto de 2011, chegavam aos 753 milhões de pessoas que o utilizavam. No Brasil, nesse mesmo período, o número de adeptos triplicou, saindo dos nove milhões, para 28,6 milhões. Trataremos, mais adiante, do contexto histórico do *Facebook*, assim como da sua política de funcionamento, no próximo subitem denominado “O funcionamento discursivo do *Facebook* e a sua política de funcionamento”, por se tratar do contexto discursivo do objeto de estudo deste trabalho.

Acreditamos, de acordo com Lévy (1996, p. 95), que:

Nós, seres humanos, jamais pensamos sozinhos ou sem ferramentas. As instituições, as línguas, os sistemas de signos, as técnicas de comunicação, de representação e de registro informam profundamente nossas atividades cognitivas: toda uma sociedade cosmopolita pensa dentro de nós. [...] o pensamento é profundamente histórico, datado e situado [...].

A aplicação criada por Bernes-Lee, denominada de *Hipertexto de World Wide Web*, possibilitou maior interatividade, no espaço digital, tornando-se uma ferramenta, para a execução da “Inteligência Coletiva”, termo utilizado por Lévy (1999) em sua obra intitulada *Cibercultura*. Na referida obra, o filósofo questiona até que ponto esta inteligência é benéfica ou maléfica no ciberespaço<sup>4</sup>. Para o autor, ela é, ao mesmo tempo, “veneno e remédio”; veneno, para as pessoas que não a usufruem e tornam-se sujeitos excluídos, no âmbito da interatividade digital e, remédio para quem a utiliza, sem criar uma dependência, um vício devido aos atrativos que ela lhes oferece.

Dias (2012) em sua obra “Sujeito, sociedade e tecnologia: a discursividade da rede (de sentidos)” levanta discussões acerca da constituição do sujeito e o modo de produção material da vida por meio das tecnologias digitais. Segundo a autora, a utilização da internet constituiu o ciberespaço e fundou com ele novas formas de sociabilidade como as redes sociais. Elas produzem novas formas de relação entre os sujeitos, novos traços identitários e novas subjetividades. Assim, no ciberespaço, o mundo multiplica-se discursivamente inovando as relações de sentidos:

[...] as comunidades virtuais se constituem a partir do sentido já lá. O da exclusão, da discriminação, também. Não é possível apagar esses sentidos apenas porque se trata de uma comunidade virtual, cujo

---

<sup>4</sup> Pode-se encontrar uma definição para este termo em Pierre Lévy em sua obra *Cibercultura* publicado pela Editora 34 em 1999. (LEVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999).

ideal(ização) é produzir um outro tipo de lugar para a convivência. (DIAS, 2012, p.81).

Para tanto, observamos nas páginas indígenas analisadas a existência desse sentido já constituído a que se refere Dias (2012), pois essas páginas se constituem por discursos sobre a luta pela disputa de terras e denunciam a situação de segregação social que os indígenas enfrentam. Portanto, os sentidos de discriminação e exclusão não são apagados nessas comunidades virtuais indígenas.

Na sequência, abordaremos sobre a política interna de funcionamento do *Facebook* com o objetivo de rastreamos o funcionamento discursivo do *site*, para então, averiguarmos em que condições de produção se firmam os discursos indígenas sul-mato-grossenses, nesse contexto discursivo.

#### 1.1.2 O funcionamento discursivo do *Facebook* e a sua política de funcionamento

Conforme informações contidas, no texto escrito por Ana Lúcia Santana, denominado “História do Facebook”, publicado, no *site* da *Infoescola* e no texto intitulado “A misteriosa história do brasileiro que fundou o Facebook”, publicado, no *site* da *Revista Super Interessante*, verificamos que o *Facebook* é um *site* e um serviço de rede social, fundado por Mark Zuckerberg, juntamente com Eduardo Saverin, Dustin Moskovitz e Chris Hughes, em fevereiro de 2004. Inicialmente, o serviço era oferecido apenas aos estudantes da Universidade de Harvard. Gradativamente, esse serviço foi-se expandindo, por várias universidades, até que, em 11 de setembro de 2006, ele foi aberto, para efetuação de cadastro a todas as pessoas. Seu vasto número de recursos e capacidades de interação atraiu e atrai, diariamente, um grande número de usuários, superando as redes sociais antecessoras como, por exemplo, o *Orkut*. Dessa forma, em dezembro de 2011, tornou-se a maior rede social no Brasil. (FACEBOOK, 2012).

O *Facebook* contém uma política de funcionamento, em que o usuário, ao acessá-lo, concorda com a *Declaração de Direitos e Deveres do Facebook*. Dentre as regras estabelecidas nessa política de uso, segundo o próprio *site* da rede, o recurso *perfil* não deve ser utilizado para ganhos comerciais e nem para os interesses comuns e, para tais objetivos, devem-se, criar *páginas*.

Então, os administradores da rede, ao notificarem pessoas que usam, em seu perfil pessoal, o nome fictício Guarany Kaiowá, conforme verificamos na postagem P2, por sua vez, podem estar embasados nessa política de funcionamento. Mas, será que o histórico social desses povos, onde o branco teve e tem influência, permite que eles compreendam que os mantenedores do *Facebook*, às vezes, não querem calar suas vozes, mas sim, fazer cumprir as regras estabelecidas? Regras estas, que camuflam a relação de poder econômico, que perpassam por este contexto discursivo.

Existem muitas pessoas que utilizam a rede não só para estabelecerem os laços sociais, mas irem além, como por exemplo, para fins educativos, religiosos, profissionais, comerciais, como veículo de denúncia de exclusão social, como examinamos, em algumas páginas indígenas, que trazem postagens, nas quais retratam a segregação social e o descaso dos governantes para com a violência sofrida por eles. Há ainda pessoas, que se dispõem da rede, para mobilização social, a exemplo, vivemos, recentemente, no ano de 2013, o “Movimento Passe Livre”, que se mostrou uma movimentação apartidária e organizada pela população brasileira, por meio das redes sociais.

Apesar de o ato de se manifestar discursivamente, por meio das redes sociais, poder ser uma ação isolada fisicamente, ou seja, o sujeito enunciador estar localizado, em um espaço, onde se encontra sozinho, não podemos possuir a falsa ideia de que, ao postar conteúdos na rede, por não ter ninguém por perto, esse sujeito não é controlado, olhado e vigiado: uma vez lançado, na rede, um conteúdo se propaga, rapidamente, entre os internautas. Nessa visada discursiva, Dias (2012) denomina a internet de um não lugar em que, apesar de o sujeito estar só, ele convive com inúmeras pessoas que usufruem do espaço virtual, resultando assim, na dispersão e propagação dos discursos. E é por meio dessa dispersão dos discursos que surgem as possibilidades de mudanças no sistema de dominação social.

No caso das “páginas”, de acordo com *A política de uso de dados*, publicada na página inicial do *Facebook*, por serem públicas, todas as informações nelas contidas são abertas a todos os usuários. Dessa maneira, ao publicar um comentário em uma “página” da referida rede, o proprietário daquela “página” poderá utilizá-lo também, fora do *Facebook*, o que contribui ainda mais para sua visibilidade.

Em *A política de uso de dados* é exposto que, quando um internauta curte<sup>5</sup> uma página, cria uma conexão com ela. E, essa conexão é dirigida para a linha do tempo<sup>6</sup> do mesmo. Com isso, todas as pessoas que estão ligadas a ele, por meio da rede, poderão vê-la em seus *Feed de notícias*.

Por trás da deslumbrante ideia de estabelecer laços sociais, questões financeiras são camufladas pela política de uso, que rege o funcionamento do *Facebook*. A referida rede é um empreendimento de cunho privado, cujas receitas são provenientes de publicidades e patrocínios. Então, os administradores da rede social, em nome de “uma maior garantia” quanto ao quesito de segurança dos dados pessoais lançados, na rede, fiscalizam-lhe as postagens. Diante disso, fica muito mais fácil controlar, também, o que cada usuário da rede é mais propenso a consumir, e assim, persuadir os investidores comerciais a colocarem propagandas no site. Visto que elas serão muito visualizadas em decorrência do número de usuários e muito bem distribuídas e direcionadas ao consumidor, devido a essa política que “organiza” o contexto discursivo da rede social. Contudo, há um poder, que rege camuflado, em meio a uma política visionária capitalista, e não, social, como ela se apresenta. Portanto, entendemos que o contexto discursivo do *Facebook* é um exemplo atual da reflexão feita por Foucault (1995), ao postular que nem todos os domínios constituem regiões abertas a qualquer dizer.

No próximo subitem, problematizaremos o conceito de virtualização, na ânsia de compreendermos em quais circunstâncias é produzido o discurso, analisado na composição desse estudo, uma vez que ele se constrói no espaço do virtual.

## 1.2 Virtualização

O filósofo francês Pierre Lévy é considerado, atualmente, um importante pesquisador sobre os avanços tecnológicos contemporâneos. Em sua obra intitulada *O que é o virtual?* dedica-se a tecer comentários sobre realidade, possibilidade, atualidade e virtualidade.

---

<sup>5</sup> “Curtir” no *Facebook* é a denominação orientada pelos desenvolvedores da rede social, que permite uma determinada pessoa expressar um sentimento de aprovação pelo que um outro usuário postou, sem ter que tecer comentários escritos.

<sup>6</sup> Segundo informações contidas no ícone *Ajuda*, no site do *Facebook*, “linhas do tempo” representam indivíduos e por meio delas o internauta além de poder visualizar as atualizações de pessoas ligadas a ele, pode, também, ver atualizações públicas de outras pessoas, sem que as mesmas estejam ligadas a ele pelo site.

Para o autor, o virtual não se opõe ao real, mas sim, ao atual, pois, o virtual não é uma entidade estática, pronta, já totalmente constituída, mas sim, um emaranhado de tendências que sofre coerções, porém reinventa-se nas circunstâncias propícias. A atualização, segundo Lévy (1996), é uma criação, invenção de uma forma, a partir de uma configuração dinâmica de forças e de finalidades. Para ele, a virtualização, além de afetar a comunicação e a informação, também o faz com os corpos, o funcionamento econômico e o exercício da inteligência, de modo que aquela, embora desempenhe um papel capital, na mutação em curso, trata-se de uma onda de fundo que ultrapassa a informatização. Refletimos que a virtualização seja capaz de transformar uma realidade e provocar mutações identitárias.

Lévy (1996) nos relata que a sincronização substitui a unidade de lugar e, a interconexão, a unidade de tempo. Portanto, entendemos que a virtualização encurtou e metamorfoseou o espaço e o tempo. E, como esses espaços virtuais se transformam, rapidamente, eles contribuem para a construção de sujeitos heterogêneos, constituídos de vários dizeres, os quais também, se modificam, em grande velocidade, no ciberespaço.

O autor trata da virtualização do corpo, trazendo estudos sobre algumas funções somáticas, para demonstrar o funcionamento do processo contemporâneo de virtualização do corpo. Ele expõe que os sistemas de telecomunicações, telemanipulações e interação sensório-motora são dispositivos que exercem um papel de trazer o mundo, aqui, por meio da virtualização dos sentidos. Um dos exemplos que ele traz, para elucidar essa reflexão é o telefone, o qual não leva apenas uma mensagem, ou uma representação da voz, mas sim, transporta a própria voz em uma quase presença.

São levantados questionamentos em torno de como os corpos se tornam visíveis, chegando à postulação de que não é por meio da matéria física, a saber, o cabelo, a pele, que os corpos se tornam visíveis, pois, se assim o fossem, estaríamos negando o fato de que, por meio de imagens médicas, como por exemplo, os exames de raio x e as ressonâncias, podemos enxergar o interior do corpo, sem atravessá-lo, nem cortar-lhe os tecidos.

O estudo segue tratando da “intensificação dos corpos”, quando o pesquisador afirma que a atualização reina e, para tal compreensão, traz a evolução dos esportes, não no sentido manipulador do atletismo, ligado à modelagem do corpo, enfocados pela

moda, nem no do autoritarismo imposto pelos regimes políticos. Mas sim, no sentido de romper limites, intensificar sensações, como por exemplo, a natação, na qual o sujeito aprendeu a retirar os pés da superfície, o alpinismo, que confronta os corpos com o ar, entre outros, os quais retiram os corpos da normalidade, metamorfoseando-os.

No que tange à problemática da virtualização textual, o autor reserva o capítulo denominado “A virtualização do texto”, para articular concepções de leitura e de texto. Nesse viés, segundo o pesquisador, o leitor, ao interpretar, dar sentido ao texto, aqui e agora, realiza o processo de atualização no mesmo. Uma vez que o espaço do sentido não preexiste à leitura, é lendo que o fabricamos e o atualizamos. O autor postula que, ao lermos um texto relacionamo-lo com outros textos, outros discursos, construímos imagens e, nesse sentido, o foco principal do texto não é mais sua unidade, mas a direção e a elaboração do nosso pensamento, a precisão de nossa imagem do mundo, ou seja, a memória discursiva.

Depois de refletir sobre o texto, como um suporte à atualização do nosso próprio espaço mental, em que a construção de si entra em jogo, o autor ocupa-se da escrita, como a virtualização da memória. Ele critica o fato de se reduzir a escrita a um registro da fala e expõe também que, por meio da digitalização, renova-se a forma de apresentação de um texto. Para tal afirmação, ele explica que o leitor em tela, por exemplo, é mais “ativo” que o leitor, em papel, pois cabe a ele, antes de ler, enviar um comando a um computador, para que este projete o texto. Portanto, toda leitura em computador é uma edição, uma montagem que, a partir de um estoque de dados iniciais, o leitor recorta e seleciona sua leitura, construindo um novo texto.

Por meio das considerações levantadas, Lévy (1996) problematiza o conceito de hipertexto digital e o define como uma coleção de informações multimodais, dispostas em rede para a navegação rápida. Os dispositivos hipertextuais, nas redes digitais, são responsáveis pela *desterritorialização* do texto, termo utilizado pelo autor, para explicar que estes dispositivos hipertextuais fazem emergir um texto sem fronteiras e sem interioridade definível. O texto é dinâmico, móvel e sua produção de sentido é construída, no espaço de tempo, do aqui, e agora, quando cada leitor é, ao mesmo tempo, autor.

Foucault (2009), em seu texto, *O que é um auto?* - resultado da publicação de uma conferência, ministrada no Collège de France, no dia 22 de fevereiro de 1969-,

problematizou a questão da relação do texto com o autor; ele foi mal interpretado por alguns críticos e estudiosos os quais entenderam que, para ele, o autor de um texto não existe, ou seja, que o mesmo “matou” o autor, assim como o “homem”. No entanto, o que de fato o filósofo fez foi deslocar a noção de autor para a de “função autor”. Portanto, deslocou a maneira com que o texto aponta para a figura do autor, questionando como o autor se individualizou e, em que momento começou-se a contar a vida dos autores, e não mais, a dos heróis.

O estudioso reflete sobre como se exerce a função autor, em que condições discursivas um determinado texto é produzido e postula que essa função é característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade. É percebido também, por Foucault (2009) que todos os discursos com a função autor, comportam uma pluralidade de egos, pois o ego que fala, por exemplo, no prefácio de um trabalho matemático diferencia-se daquele que fala, no curso de uma demonstração e parece sob a forma de um “Eu concluo” ou “Eu suponho” e também é adverso àquele que fala, para dizer o sentido do trabalho, os resultados obtidos, ou os problemas encontrados.

Essa reflexão que Foucault (2009) fez sobre o autor de um texto, ou de um livro dialoga com a reflexão sobre a noção de *comentário* elaborado em “*A ordem do discurso*” no sentido de que, como é explanado nessa obra, *comentário*, não possui outro papel, senão o de dizer, sejam quais forem as técnicas empregadas, aquilo que estava, silenciosamente, em outro texto. Acreditamos, em conformidade com o autor, que não existem discursos que se autofundam, como fonte absoluta, logo, não existe autor absoluto. A constituição de um texto, um discurso está inevitavelmente ligada ao já dito. Ao deslocarmos a noção de autoria para a função autor, verificamos a heterogeneidade, a pluralidade de egos e os discursos outros que compõe um sujeito e que perpassam em suas produções, assim como consideramos as condições sociais, históricas e políticas em que um determinado texto foi produzido. No *Facebook* os sujeitos exercem essa função autor - uma forma de autoria em rede em que eles (re)constroem traços identitários, os quais se entrecruzam na dispersão dos dizeres lançados na rede.

Retomando a problematização com relação à virtualização, enquanto Lévy (1996) lança um olhar sobre a sociedade virtual como uma nova possibilidade de

libertação social, Jean Baudrillard, considerado um importante pensador no que tange aos impactos gerados nas sociedades contemporâneas com relação às novas tecnologias, em sua obra “Tela total: mito-ironias do virtual e da imagem” compreende o virtual como um universo de esvaziamento da realidade. Partindo da premissa de que os processos comunicacionais são elementos de controle social, ele reduz o conhecimento e a informação a um exercício de dominação social.

Para Baudrillard (2011, p.20), “a potência do “virtual” nada mais é do que virtual”, assim o autor lança uma crítica ao fato de os sujeitos contemporâneos deixarem-se envolver pelas questões mercadológicas, ou seja, envolverem-se pelos produtos e ideias que atravessam as fronteiras do mercado mundial e, alienarem-se diante da supremacia do virtual. Ele postula que nos casos em que há essa inclinação e alienação, a virtualização é “apenas nova forma de servidão voluntária” (BAUDRILLARD, 2011, p. 20).

Trouxemos Baudrillard (2011) para compor o aporte teórico de nosso trabalho porque seus estudos são relevantes para a compreensão do universo virtual, uma vez que o autor apresenta uma visão desconstrutivista ao explorar os mecanismos que regem o espaço da virtualidade. Ele ultrapassa o limiar dos discursos já postos em circulação e busca no não dito algo além do senso comum.

Baudrillard, em seu texto intitulado “Tela total”, ao lado de mais 25 textos que compõem a obra “Tela total: mito-ironias do virtual e da imagem”, expõe suas críticas com relação à massificação que a era digital provoca na sociedade moderna. Para o autor, (2011, p.130), “as máquinas só produzem máquinas”, o que é diferente da fotografia, do cinema e da pintura em que ele alega a existência de uma cena, um olhar. Ele não acredita que o ciberespaço abra novas possibilidades de descobrir algo novo, “internet apenas simula um espaço de liberdade e descoberta”. (BAUDRILLARD, 2011, p.131). Para o pensador, a internet não passa de um espaço fragmentado, onde os operadores interagem com elementos instituídos no qual toda busca resulta em uma resposta preestabelecida.

Entretanto, se tomarmos como exemplo as redes sociais, os chats e os blogs utilizados pelos usuários para, além de estabelecerem laços sociais, buscarem conhecimentos, curiosidades a respeito de vários assuntos, não podemos afirmar que as respostas às perguntas lançadas, nesses espaços virtuais, são preestabelecidas por

simples operadores de máquinas. Elas surgem por meio de sujeitos que elaboram seus discursos em tempo real.

Quanto à imagem gerada por fotografia, que carrega em si uma certa afetividade e historicidade, segundo Baudrillard (2011), o mesmo não acontece com as imagens geradas em telas em meio à era digital. Dias (2012, p.32) se posiciona discursivamente contrária a essa visão, ao postular que “esse espaço ciber produz transformações no modo de constituição do sujeito no mundo físico, no seu ser social, familiar, amoroso”.

Contudo, para compreendermos a constituição identitária de indígenas sul-mato-grossense, por meio dos discursos, que circulam no espaço virtual, é preciso pôr em xeque a identidade clássica, para cedermos lugar à problemática que a virtualização lhe causa, uma vez que a virtualização é concebida como a própria passagem à problemática, deslocamento do ser, heterogênea e como processo de acolhimento da alteridade.

### **1.3 Questões históricas dos sujeitos pesquisados**

Ao recorrermos à memória discursiva sobre o que é ser brasileiro, deparamo-nos com algumas referências étnicas raciais que se mesclam na formação e na constituição desse povo e, respectivamente, da cultura. Dentre essas referências, destacamos os povos indígenas, nativos desse novo mundo “descoberto” pelos portugueses. Segundo Luciano (2006, p. 49):

[...] estimativas menos otimistas indicam que em 1500, quando da chegada de Pedro Álvares Cabral, viviam no Brasil pelo menos 5 milhões de índios. Há dados históricos e científicos suficientes para se afirmar que eram muito mais, uma vez que somente os Guarani representavam pelo menos 1 milhão de pessoas à época.

Um dos primeiros registros sobre estes “nativos” do novo mundo encontra-se no primeiro relato sobre o “achamento” dessa terra nova. Escrita, em 1500, por Pero Vaz de Caminha ao El Rei Dom Manuel é uma espécie de diário que registra as primeiras impressões dos portugueses sobre o Brasil. Por meio dela, Caminha procura fazer uma descrição minuciosa de tudo que poderia interessar ao rei e, certamente, os habitantes muito interessariam à corte portuguesa.

A primeira imagem dos habitantes dessa nova terra descrevia-os como “[...] pardos, nus, sem alguma coisa que lhes cobrissem sua vergonha. Traziam arcos nas mãos e suas setas” (CAMINHA, 1500). Ao considerarmos que “[...] um sujeito vê o outro a partir do olhar de si mesmo” (LIMBERTI, 2012, p. 17), é possível afirmar que esse enunciado já aponta para os diferentes costumes e valores entre os nativos e os colonizadores, além de ressaltar as disparidades físicas e sinalizar a diversidade que norteará a constituição dos povos indígenas.

Para Limberti (2012), a Carta de Caminha constrói a imagem do índio utilizando-se de um discurso, regido pelas normas sociais e concepções ideológicas do momento, pois a esquadra de Cabral representava os interesses da elite portuguesa do século XVI. Caminha faz escolhas, constrói, discursivamente, a imagem do índio, conforme a própria escala de valores. Na constituição desses valores, perpassa um sentimento de superioridade, de civilidade que acabou por desqualificar a cultura do outro.

Ao considerarmos que uma identidade pode ser imposta, sendo resultado de uma relação de poder, de dominação (CORACINI, 2007), averigua-se que a constituição identitária do nativo é a materialização dessa relação de poder entre colonizador/civilizado e colonizado/ atrasado. É essa relação de poder entre o branco colonizador e o colonizado que tece grande parte da história na construção do Brasil, enquanto uma nação. Conforme Luciano (2012, p. 49): “a compreensão dessa diversidade étnica e identitária é importante para a superação da visão conservadora da noção clássica de Unidade Nacional e Identidade Nacional monolítica e única [...]”.

É possível apontar o reflexo dessa relação de poder na constituição identitária do nativo, na forma genérica, como rotularam todos os grupos de indígenas existentes em território brasileiro. Independentemente de sua língua, de seu território, de sua cultura, enfim, de suas peculiaridades, todos foram nomeados índios. Nesse contexto de enunciação, entende-se que é uma forma de “[...] dar-lhes existência, fazê-los serem e acreditarem que são ou que existem” (CORACINI, 2007). Seguindo esse viés, Guerra (2012, p. 54) afirma que identidade é “[...] sócio-historicamente construída, uma vez que a auto identificação “índio” adquire um valor social e político diferente da heteroidentificação.”.

Ainda de acordo com Guerra (2011), o nome índio carrega uma História com H maiúsculo e, ao longo da História, sofreu uma naturalização. Dessa forma, é possível compreender que:

[...] mais do que uma simples identificação, o nome “índio” carrega uma institucionalização, uma naturalização de uma ideia que não somente representa, mas se movimenta à medida em que acaba por transmitir forma de conduta num especial processo de subjetivação: nomear e ser nomeado surge como forma de conferir e constituir existência, subjetividade, identidade a um Outro. (GUERRA, 2011, p.139).

Um dos fatores contribuidores da criação de uma imagem estereotipada dos sujeitos nativos foi o processo de catequização dos indígenas. Esse procedimento foi uma importante ferramenta de dominação, pois a chegada dos missionários trouxe a inserção de valores e os costumes tipicamente europeus. Os índios foram agrupados e aldeados, para que os religiosos lhes apresentassem a fé católica como único caminho capaz de igualar e de levar o progresso a essa cultura recém-descoberta da qual o índio era oriundo.

Esse trabalho de catequização teve relevante papel, no período do Brasil colônia, já no Estado Republicano, o processo de catequização realizado pela igreja católica não obteve o êxito esperado. Consoante Ribeiro (1977), nesse período, as ordens religiosas não contavam com um número suficiente de religiosos para o desenvolvimento desse trabalho. O autor ainda menciona que os poucos religiosos incumbidos de desenvolverem o trabalho de evangelização preferiam trabalhar com os sertanejos. E, diante do insucesso das missões religiosas, houve a adoção da assistência leiga, realizada por meio do Serviço de Proteção aos Índios<sup>7</sup>.

Segundo o discurso do colonizador, a expansão da fé e dos princípios morais e cristãos eram um meio de se garantirem os benefícios culturais, de civilizar e de amansar aqueles indígenas. Limberti (2012, p.106) comenta que: “estabelecida a reciprocidade de influências, restou ao colonizador lançar mão do poder econômico para, a partir da modificação do espaço alheio, procurar a manutenção e hegemonia do seu”. Assim, o índio se tornaria útil para a sociedade imperial.

É preciso ressaltar que, apesar das várias estratégias usadas pelos governos colonial, imperial e republicano, para tentar modificar o *modus vivendi* dos povos

---

<sup>7</sup> Assunto abordado no próximo subitem “Direitos Indígenas”.

indígenas, não foi possível apagar-lhes os traços identitários. Conforme Limberti (2009), com o contato intercultural a identidade passa a adquirir valores e sentidos que opõem e hierarquizam, segundo o grau de legitimidade. Limberti (2009, p. 43) também pontua que:

[...] as identidades postas em oposição, revelam-se uma à outra, evidenciando seus traços característicos, que passam ser distintos. O conjunto de estereótipos que cada identidade encerra determina, ao mesmo tempo, o modo de ser do ‘um’ (portador da referida identidade) e do ‘outro’ (sujeito que se opõe a ela), transformando-se num referencial.

O *modus vivendi* foi alvo das preocupações do governo imperial, colonial e republicano, pois os indígenas, direta ou indiretamente, foram sempre significados como um empecilho, para a transformação da ilha de Vera Cruz no país, Brasil. E essa maneira como o índio é significado pelo governo permanece cristalizado, na cultura e na sociedade excludente do século XXI. Segundo Guerra (2012, p. 63), “[...] esse processo de exclusão se dá economicamente pelo trabalho subalterno, assalariado, autônomo, que passou para as mãos daqueles que antes já o exerciam por meio da escravidão, o negro e o índio”.

Embora seja possível constatar, durante esses seis séculos do “achamento” dessa terra nova, a efetiva realização de um trabalho com o índio, que o leve a servir as conveniências da exploração e aceitar os valores culturais do outro, os índios ainda resistem a essa neutralização de sua cultura. A exemplo disso, destacamos os movimentos de comunidades virtuais indígenas, que lutam em prol de suas causas, utilizando-se das redes sociais, em especial, do *Facebook*.

Faz-se necessário salientar que, no período republicano, houve uma notável realização de trabalhos com o indígena, objetivando levá-lo a servir as conveniências da exploração. A intensificação desses trabalhos se justifica, porque esse período culminou com a chegada da modernização, em território brasileiro, iniciando a abertura de ferrovias, a travessia de linhas de telégrafos e a navegação, nos rios, por barcos a vapor (RIBEIRO, 1977). Nessa fase de construção, de estruturação do território e da sociedade nacional, tínhamos, de um lado, os indígenas e, do outro, os sertanejos desbravadores.

Num espaço enunciativo, onde sujeitos possuem propósitos tão diferentes, cria-se um espaço de embates, de luta, e de esquivas, que vai, desde o simples

posicionamento discursivo, até as mais violentas chacinas, para liquidar a pedra do meio do caminho – o índio. Segundo Ribeiro (1977, p.129): “[...] para o sertão o índio era fera indomada que detinha a terra virgem; era o inimigo imediato que o pioneiro precisava imaginar feroz e inumano, a fim de justificar, a seus próprios olhos, a própria ferocidade”.

Em meio a esse embate, o Estado cria um órgão oficial, para tentar amenizar os conflitos, sem que haja a interrupção dos planos de desenvolvimento econômico do país. Então, em 1910, por meio do Decreto nº 8072 de 20 de junho (RIBEIRO, 1977) institui o Serviço de Proteção ao Índio – o SPI, cujo alvo era os índios considerados arredios e hostis, já que, em todo século XIX “[...] nenhuma missão religiosa realizara uma só pacificação de tribo hostil [...]”. (RIBEIRO, 1977, p. 133).

Rondon foi, então, o nome escolhido, para organizar e dirigir essa instituição federal de assistência ao índio. Uma organização administrativa, com sede na capital da República. O SPI objetivava garantir a posse da terra aos índios com o intuito de impedir que fossem chacinados. Para alcançar tal objetivo, o SPI, com uma respectiva política indigenista lidava com interesses distintos: por um lado, a cobiça de quem desejava o desenvolvimento econômico, a qualquer custo, por outro, o desejo da preservação, da pacificação e do respeito aos indígenas.

É preciso mencionar também que essa política indigenista estimulava os ideais nacionalistas cultuados, no período republicano, que se pautavam nos princípios positivistas de Comte. Essas ideias “[...] propugnavam pela autonomia das nações indígenas na certeza de que, uma vez libertas de pressões externas a amparadas pelo governo, evoluíam espontaneamente” (RIBEIRO, 1977). Os trabalhos de Rondon e seus seguidores pacificaram boa parte dos grupos indígenas, com que a sociedade se deparou, em sua expansão.

No trabalho de pacificação, coordenado por Rondon, buscava-se a proteção do índio, em seu próprio território, a conservação da família indígena e a plantação de roças, nas tribos consideradas arredias. Por meio dessa última estratégia de pacificação, notamos o jogo de interesses que regem as ações do Estado Republicano em relação aos indígenas. O ato de ensiná-los a plantar roças, para garantir a subsistência das tribos é um modo de interferência do branco perante a cultura indígena que perpassa ainda nos dias atuais, na busca de transformar o outro (o indígena) em nós (brancos).

Mediante tal procedimento, o Estado não perde a oportunidade de capacitar mão de obra necessária para a expansão da sociedade nacional. Consoante Ribeiro (1977, p. 191), o programa dos fundadores do SPI previa a “[...] transformação dos índios em lavradores [...] através desse processo se integram na sociedade nacional, como autênticos brasileiros, mais fortes, mais honestos [...]”. Assim, entendemos que o Estado republicano usava o discurso da “assimilação” (LIMBERTI, 2012, p. 50). Neste, o nós/Estado se propõe a transformar o outro/ indígena, em nós, impingindo-lhe seus valores, assimilando-o e tende a excluí-lo à medida que não atende as expectativas. (LIMBERTI, 2012).

Faz-se necessário comentar que um dos fatos motivadores da criação de uma política indigenista são os diferentes posicionamentos discursivos sobre os indígenas que circulavam, na sociedade. De um lado, tínhamos os discursos dos sertanejos desbravadores, que defendiam o extermínio dos indígenas e de outro, os discursos da população citadina, que exigia um tratamento humanizado para o indígena. Podemos, pois, afirmar que nos discursos dos sertanejos predominava o “[...] discurso do apartheid, onde o outro deve manter-se apartado de nós. Propõe-se a manutenção das diferenças , sem contudo, qualquer contato, qualquer mistura.” (LIMBERTI, 2012, p.46). Já no discurso da população citadina predomina o “[...] discurso de agregação que procura resguardar essas diferenças insulando-as, buscando integrar o outro ao nós [...]”. (LIMBERTI, 2012, p. 46).

Esses posicionamentos discursivos contrários marcam as diferentes imagens, os estereótipos, que compõe a memória discursiva acerca dos povos indígenas naquela época. De um lado, o discurso da integração dialogava com a literatura nacional, onde o selvagem era retratado como o índio idealizado com traços heroicos, como o Peri<sup>8</sup>; de outro, o discurso da segregação em que o índio guerreiro de arco e flecha luta pela posse da terra e resiste às emboscadas e às invasões dos sertanejos. Interessante enfatizar que o índio discursivizado, na literatura da época, não é mais o descrito na Carta de Caminha; é um índio europeu, possuidor de traços e características similares ao do homem branco. Essa diferença pode ser notada na forma como o índio foi constituído em o “Guarani”:

---

<sup>8</sup> Peri é o personagem de *O guarani*, romance de José de Alencar, 1996. Ao personagem são atribuídos traços físicos idealizados, como: dentes alvos, pupila negra e cintilante, entre outros. É composto também por características morais que o colocam na posição de “bom selvagem”.

[...] sobre a alvura diáfana do algodão a sua pele, cor do cobre, brilhava com reflexos dourados; os cabelos pretos cortados rentes, a tez lisa, os olhos grandes com os cantos exteriores erguidos para a frente; a pupila negra, móbil, cintilante; a boca forte mas bem modelada e guarnecida de dentes alvos, davam ao rosto pouco oval a beleza inculta da graça, da força e da inteligência. (ALENCAR, 1996, p.14).

No posicionamento discursivo do sertanejo e da população citadina verifica-se que ambos se utilizam da “heteroidentificação” (GUERRA, 2012) como uma forma de dar visibilidade aos indígenas, ora incluindo-os, ora excluindo-os do contexto social. Nesse sentido, Guerra (2012), assevera que tanto na auto quanto na hetero identificação, há a essencialização de um sujeito que teima em possuir uma identidade fixa e imutável.

Nesta esteira, compreende-se que o processo identitário constituído, por meio da hetero identificação, dá-se na produção discursiva do branco, certificando-nos novamente de que a identidade do nativo brasileiro foi construída consoante à visão de mundo e sua escala de valores. Tanto é que como os valores dessa escala são moventes, observam-se maneiras diferentes de discursivizar o índio, na “Carta de Caminha” e, em “O guarani”. Nesse raciocínio, apreendemos que esse índio que povoa o imaginário social é um índio (in) ventado por outra cultura dita civilizada e superior, encontrada por aqui, em tempos de Cabral.

Ao considerarmos essas imagens antagônicas do indígena constituídas no período colonial, é possível considerar que na região de Mato Grosso do Sul, anteriormente, Mato Grosso, predominava a imagem do índio guerreiro, que lutava pela terra. Nesse sentido, Guerra (2011, p.131) afirma que:

[...] a rede de formulações gerada pelo cruzamento dessas diferentes posições enunciativas põe em cena a angústia da sociedade para saber quem somos, quem é esse sujeito produzido pelas diversas práticas historicamente instituídas. Essa rede interdiscursiva instaura, pois, um confronto entre posições enunciativas, a partir do qual é possível entender, circunscrever e construir um quadro da(s) identidades) do indígena sul-mato-grossense.

A localização geográfica e o modelo de desenvolvimento socioeconômico adotado nessa região leva-nos a compreender que essas terras eram compostas por sertanejos desbravadores e, depois, com o arrendamento de terras da província de Mato Grosso, a Companhia Mate Laranjeira ocasionou no estabelecimento de colonos, que

chegavam das diversas regiões, para povoarem a área dos ervais. Segundo Silva (2011, p.31), os empreendimentos realizados pela Companhia Mate Laranjeira “[...] fomentaram e mantiveram durante um longo período o regime da grande propriedade, da concentração excessiva de poderes em mãos particulares, contrastando com a fraqueza do poder público local e, em função da distância, da fiscalização do poder estadual”.

Com a instalação da companhia Mate Laranjeira e com a chegada dos colonos, a disputa pela terra aumenta, significativamente, e o fato dos ervais serem nativos e abrangerem uma extensa área, intensifica-se o contato entre os sertanejos e os indígenas. De acordo com Ribeiro (1977), os indígenas eram divididos em hostis e em civilizados, o que nos leva problematizar que os civilizados acabavam por servir de mão-de-obra para a Companhia Mate Laranjeira. Assim, o indígena foi inserido, nesse cenário socioeconômico do Estado, como um trabalhador.

Segundo Ferreira (2007, p. 44), “[...] embora a maioria dos historiadores revele que a mão-de-obra amplamente predominante nos ervais, tenha sido a paraguaia, ocorreu, em várias regiões, o significativo engajamento dos índios Kaiowá e Guaraní, nos trabalhos de beneficiamento da erva mate.”. Mediante a afirmativa de Ferreira (2007), é possível interpretar que a invisibilidade, o silenciamento do indígena é uma prática comum, nas diferentes esferas discursivas. Essa negação do outro diferente de si é uma tentativa de neutralizar as relações conflituosas e polêmicas, que se instauram entre aquele que está com o poder e aquele que resiste ao poder.

Ao conceber a sociedade sul-mato-grossense como um espaço enunciativo, onde os sujeitos índios e não índios são possuidores de costumes e de valores díspares, assinalamos os desrespeitos, as chacinas de milhares de indígenas que por aqui habitam. Essas barbáries eram e/ou são encobertas pelas autoridades e pela sociedade, em geral. Tanto é que se tornou comum, ao longo dos anos, as mídias divulgarem a omissão das autoridades competentes, mediante os conflitos sangrentos entre fazendeiros e indígenas.

Conforme Durigan e Marchewicz (2012), Mato Grosso do Sul, atualmente, possui pequenas porções de terras, distribuídas, em território descontínuo, apenas em sete municípios. Por não haver formas de sustento dentro das aldeias, os índios, como por exemplo, os Terenas são levados a conviverem com o branco, geralmente, na relação empregado-patrão, a qual pode ser interpretada como a perpetuação do

sentimento de superioridade, já instaurado, no discurso da “Carta de Caminha”, conforme mencionado por Limberti (2012).

Nesse passo é de todo oportuno comentar que a igreja contribuiu, em muito, para a perpetuação desse sentimento de superioridade entre índios e brancos. Na maioria das vezes, alguns dos costumes indígenas levavam a igreja a interpretá-los como pobres e miseráveis, dignos de compaixão e piedade. Ao trazermos à baila as instituições religiosas faz-se mister mencionar os trabalhos das igrejas protestantes, no Estado de Mato Grosso do Sul, como o da “A Associação Evangélica de Catequese dos Índios do Brasil”, a qual se originou da cooperação, entre várias entidades religiosas protestantes. (GONÇAVES, 2009).

Dessa associação, originaram-se as missões, sendo a primeira delas denominada Caiuá, com a sede em Dourados. O trabalho das missões tinha o aval do governo e o apoio do SPI. Além de resgatar almas, os missionários, assim como, o trabalho de catequização da igreja católica, visava mudar os hábitos, os valores, os costumes dos indígenas tornando-os nem índios nem brancos (GONÇALVES, 2009). Segundo Guerra (2011, p.141), “[...] o indígena sul-mato-grossense está nesse entre-lugar identitário, nesse entre-espaço cultural e histórico: nem branco, nem bugre”.

Mediante o exposto, entendemos que enquanto não houver deslocamento de sentido desse discurso, já cristalizado, cuja tendência é a de nos reduzirmos, identitariamente, como sujeitos portadores de uma identidade pura, homogênea, o apagamento dos indígenas tende a permanecer, consoante Limberti (2012, p. 17):

[...] os sujeitos atuam como espelhos, com graus de efeitos óticos diversos. Se pertencem à mesma comunidades, os efeitos tendem a refletir imagens de identidade; se pertencem a comunidades diferentes (aqui incluídas culturas e civilizações diferentes), os efeitos tendem a refletir imagens de contraditoriedade, contrariedade, oposição e incongruência.

Com o propósito de averiguarmos como os indígenas são tratados pelos dirigentes da sociedade, na próxima seção levantamos dados históricos acerca dos “direitos indígenas”.

### 1.3.1 Direitos indígenas

O antropólogo Darcy Ribeiro na obra intitulada *Os Índios e a Civilização* (1977), relata que foi a partir da criação, em 1910, e da regulamentação, em 1911, do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) que se fixou um norteamento para a política indigenista brasileira. Esse regulamento marcava uma nova era para os índios.

Esse serviço tinha como ideologia a compreensão ao relativismo da cultura e preconizava, também, “a proteção ao índio em seu próprio território” (RIBEIRO, 1977, p.139). Seu regimento não admitia que as famílias indígenas fossem separadas, em nome de uma educação, ou catequese.

O SPI, tomado em um determinado período, por um diretor evolucionista, criou uma expectativa de desenvolvimento natural e progressivo ao índio, com bases na própria cultura indígena. Mas, depois de ter realizado grandes tarefas em prol dos indígenas, apareceram alguns empecilhos financeiros que fizeram com que decaísse. Em meio aos obstáculos enfrentados, destaca-se a insuficiência das verbas financeiras. Assim, de acordo com o autor, o *serviço* quase foi extinto.

Além das dificuldades financeiras que enfrentavam, havia também, já naquela época, um descaso das autoridades e dos dirigentes da sociedade: enquanto o SPI lutava, para obter apoio do governo central, os chefes de polícia negavam-se a prender os assassinos dos indígenas e, quando, por ventura, aqueles eram presos, os próprios juízes os absolviam, ignorando o que a lei proferia. Assim, o SPI, ao longo de sua história, quase sempre se viu só, a lutar, para que os direitos indígenas lhes fossem garantidos.

Barreto (2011) descreve que, na primeira metade do século XIX, denominava-se “evolucionismo unilinear” (BARRETO, 2011, p. 35) a corrente de pensamento cuja cultura se desenvolvia de maneira uniforme e, nessa perspectiva, o índio era considerado um ser primitivo, que se encontrava em evolução para atingir a condição de “civilizado”. A partir da segunda metade do século XIX, adveio a concepção de que as sociedades tinham sua própria história, portanto, seguiam seu próprio caminho.

Ainda nessa perspectiva, o autor relata que os índios, por serem considerados seres selvagens e inferiores, socialmente, foram tratados pelas autoridades jurídicas brasileiras como merecedores de um regime de proteção. Mas, por “[...] um equívoco, histórico essa “tutela” foi confundida com incapacidade”. (BARRETO, 2011, p. 38).

Segundo o pesquisador, existiam dois sistemas tutelares: um era destinado aos que já tinham sido presos, mas já estavam livres, e o outro, previa a proteção dos bens de todos os índios, independentemente de sua condição. Mas ambos sistemas se resumiram em um só, à “incapacidade” do indígena e à necessidade de ser “protegido”.

Firmando essa imagem de sujeito incapaz, o primeiro Código Civil Brasileiro, do ano de 1916, trazia no Art.6º, parágrafo único: “Os silvícolas ficarão sujeitos ao regime tutelar, estabelecido em leis e regulamentos especiais, o qual cessará à medida que se forem adaptando à civilização do País”. Imagem construída pela instituição legal que se perpetua, nos dias atuais, pois, no último Código Civil Brasileiro de 2002, no Art.4º, parágrafo único cita: “A capacidade dos índios será regulada por legislação especial”, ou seja, coloca o índio na posição de tão incapaz ao ponto de ter uma regulamentação própria, para se tratar de sua capacidade.

No próximo capítulo, apresentaremos alguns conceitos, tais como discurso, sujeito, formação discursiva, interdiscurso, identidade e a escrita de si, no âmbito da teoria da Análise do Discurso, de linha francesa, na qual este trabalho está ancorado. Articularemos os conceitos mencionados, por julgarmos essenciais, a fim de atingirmos o nosso objetivo, que é o de problematizarmos a constituição identitária de indígenas sul-mato-grossenses, no contexto discursivo do *Facebook*, e averiguarmos que imagens identitárias, acerca desses povos são perpassadas pelo site.

## **CAPÍTULO 2 - A ANÁLISE DO DISCURSO E AS VÁRIAS MANEIRAS DE SE (RE) SIGNIFICAR**

Diante dos objetivos desta pesquisa e das condições de produção dos discursos mobilizados nesta dissertação, numa visada discursiva, concebemos o discurso e o sujeito a partir da preocupação da Análise do Discurso de origem francesa (AD) em compreender como um objeto simbólico produz sentidos, verificando não o que os textos e os discursos dizem, mas sim, como eles dizem e como eles significam. Orlandi (2007, p. 25) afirma que: “[...] na perspectiva discursiva, a linguagem é linguagem porque faz sentido. E a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história”.

A AD surgiu, no final da década de sessenta, com a proposta teórica de Michel Pêcheux, a qual, juntamente com filósofos, sociólogos, psicanalistas e historiadores, tornou-se interdisciplinar, constituindo-se, a partir de três áreas do conhecimento: a Linguística, com a problematização da teoria linguística saussureana, feita por Pêcheux, o Materialismo Histórico, por meio da releitura althusseriana, de Marx-teoria da sociedade; a Psicanálise, por meio da releitura lacaniana de Freud – teoria do inconsciente.

Apesar de a AD ser herdeira dessas três correntes teóricas, ela não estuda a linguagem como um sistema, fechado em si mesmo, como na vertente saussureana, mas sim, com sua relação no mundo. No âmbito da releitura althusseriana de Marx, o filósofo, em sua obra intitulada *Aparelhos Ideológicos de Estado* faz-nos refletir que a linguagem é constituída, também, por meio de uma materialidade ideológica, em que é possível a identificação de traços ideológicos do sujeito. Para o autor, a ideologia só existe pelo e para o sujeito. E, nos estudos lacanianos, advindos da releitura freudiana, verificamos a existência do outro, na linguagem, ou seja, há o deslocamento da noção de homem para a de sujeito, em que se institui a ideia de constituição do sujeito da linguagem, como resultado do inconsciente, da relação com o outro.

Segundo Brandão (2004, p.76), “Para a análise do discurso, é essa concepção de sujeito – que vai perdendo a polaridade centrada ora no *eu* ora no *tu* e se enriquecendo com uma relação dinâmica entre identidade e alteridade [...] o sujeito só constrói sua identidade na interação com o outro”. Tal assertiva possibilita-nos compreendermos que o sujeito se constitui, em meio da falta, a incompletude, é cindido, barrado, sofre as

coerções de discursos outros: da mãe, do pai, da família, da escola e do meio social no qual está inserido.

O sujeito se reconhece, em sua alteridade, na relação do *eu* com o *tu* e é dividido, entre o consciente e o inconsciente, surgindo, assim, seus atos falhos. É este sujeito, que transita entre o consciente e o inconsciente, cindido e clivado que este estudo procura compreender, ao propormos analisar a constituição identitária de povos indígenas, na rede social *Facebook*.

Por meio da obra pecheutiana, impulsionadora dos estudos da AD na França, intitulada “*Análise Automática do discurso*”, depreendemos que, em seu percurso histórico, a AD apresenta-se dividida em três fases. A primeira explorava, metodologicamente, a noção de maquinaria discursivo-estrutural, em que o espaço discursivo era “[...] supostamente dominado por *condições de produção* estáveis e homogêneas” (PÊCHEUX, 2010, p. 308, grifo do autor). Nesta fase, a análise partia de um corpus fechado, em sequências discursivas, reuniam-se os traços discursivos fazendo a suposição de que a produção desses traços era preponderada por apenas uma máquina discursiva.

Na segunda fase, denominada AD-2, há uma ruptura parcial com a noção de máquina estrutural fechada, pois já se começa a pensar no conceito, tomado dos estudos foucaultianos, sobre *formação discursiva* (FD) em que esta se relaciona com a exterioridade da linguagem. Ao relacionar as FDs com seu exterior, a noção de interdiscurso é instaurada, criando, assim, a problematização desta fase; pois, ao mesmo tempo em que o sujeito discursivo permanece compreendido como um efeito de total assujeitamento à maquinaria, ele é concebido como o resultado das incursões exteriores.

Já, na terceira fase, surge a emergência de novos procedimentos de análise, quando a noção de maquinaria discursiva estrutural é desconstruída. Nesse momento teórico, as garantias sócio-históricas são desestabilizadas, a heterogeneidade emerge, o discurso do sujeito se coloca, em cena, como um outro e o controle estratégico de seu discurso falha, aparecendo os lapsos e os deslizos. Authier-Revuz (1990, p. 29) entende que: “Esta concepção do discurso atravessado pelo inconsciente se articula àquela do sujeito que não é uma entidade homogênea exterior a linguagem, mas o resultado de uma estrutura complexa, efeito da linguagem: sujeito descentrado, dividido, clivado, barrado [...]”.

Em suma, a AD 3 surge motivada por várias inquietações discursivas tais como: Onde e como o sujeito discursivo surge? O que faz com que textos e sequências orais se entrecruzem, somem-se ou dissociem-se? Como ocorre o encontro entre um espaço de interlocução, um espaço de memória e uma gama de questões? Em que condições surgem os discursos? Enfim, foram esses e outros questionamentos discursivos que moveram o desenvolvimento e o deslocamento teórico da perspectiva discursiva.

Ao indagarmos sobre a gênese da Análise do Discurso, podemos postular que é uma prática e um campo da linguística e da comunicação, que se especializa em analisar as construções ideológicas presentes em um texto. Segundo, Guerra (2008), a análise do discurso é uma orientação teórica, que defende a tese de que a linguagem possui uma relação com a exterioridade, estando entendida não como um fator, fora da linguagem, mas trata-se das condições de produção, que intervêm materialmente, na textualidade, como uma memória do dizer que abrange o universo do que é dito.

A AD não nasceu de um ato fundador, mas como resultado da convergência progressiva de movimentos, com pressupostos extremamente diferentes, surgidos, nos anos 60, na Europa e nos Estados Unidos. Tais movimentos desenvolvem-se, em torno do estudo de produções orais ou escritas, nos quais se busca compreender a significação social.

Na ânsia de compreender a gênese dessa disciplina (AD), Orlandi (2007) postula que, como seu próprio nome indica não trata da gramática da língua, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso como a palavra em movimento, prática da linguagem, ou, seja, com o estudo do discurso observa-se, o homem falando. A AD procura empreender melhor o que faz do homem um ser especial, com sua capacidade de significar e significar-se. Nessa linha teórica, a linguagem é concebida como a mediação necessária, entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação torna possível tanto a permanência e a continuidade, quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade onde ele vive.

Assim, a AD não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, considerando a produção de sentidos. Ela considera o homem, na sua história, os processos e as condições de produção da linguagem, enfim, trabalha com a relação entre língua, discurso e ideologia.

## 2.1 Entre o Discurso e a linguagem: o sujeito

Como este trabalho é norteado pela visada discursiva, vimos a necessidade de trazermos a compreensão de alguns estudiosos da área, para articularmos os conceitos de Discurso e Sujeito, na concepção deste campo teórico. Nesse âmbito, entendemos que o discurso, na gênese dessa disciplina, é visto como um efeito de sentidos, entre interlocutores, não se trata, pois, meramente da transmissão de informação, porque ele realiza, ao mesmo tempo, o processo de significação. Essa noção de discurso se distancia da dicotomia de língua/ fala proposta por Saussure, pois, em conformidade com Orlandi (2007, p. 22), “O discurso tem sua regularidade, tem seu funcionamento que é possível apreender se não opomos o social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo ao objetivo, o processo ao produto”.

O processo de significação, mencionado pode ser entendido como as relações de sentidos, em que não há um discurso que não se relaciona com outros discursos, ou seja, um discurso sempre aponta para outros discursos. Ele não surge de uma fonte una, fundadora, mas, sim, das relações com vários outros dizeres, do já dito, do anteriormente mencionado. A partir desta visão entendemos que os discursos, assim como os sujeitos, (re)significam-se, em meio às relações sócio-históricas.

Ao promover uma reflexão, sobre o conceito de discurso problematizado nos estudos foucaultianos, Brandão (2004, p. 32) pontua que, para o autor, os discursos são “[...] como uma dispersão, isto é, como sendo formados por elementos que não estão ligados por nenhum princípio de unidade”.

Segundo, Michel Foucault (2012), o discurso não é retrato das lutas ou sistemas de dominação. Ele separa os procedimentos externos e internos de controle do discurso e considerando como um terceiro grupo de procedimentos de controladores deste discurso, trata da rarefação dos sujeitos que falam. Para enunciar, o sujeito deve estar qualificado para tal, uma vez que nem todos os domínios constituem regiões abertas a qualquer dizer. Sobre os dispositivos de controle do discurso, observa-se que Foucault prioriza tecer sobre a vontade de verdade. Segundo o filósofo, os discursos são controlados, em nome de uma vontade de verdade, tornando-se o lugar onde o saber e o poder se articulam, uma vez que todo discurso manifesta e produz poder. Ainda segundo Foucault (2012, p.10), “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as

lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”.

Articulando, ainda, a concepção de discurso em Foucault, verificamos, em seu texto, *Método*, inserido na obra denominada *História da Sexualidade I, A Vontade de Saber*, que o autor entende o discurso como “Os discursos são elementos ou blocos táticos no campo das correlações de força; podem existir discursos diferentes e mesmo contraditórios dentro de uma mesma estratégia [...]”. (FOUCAULT, 1988, p. 112).

Compreendermos a noção de sujeito do discurso é necessário para precisar o estatuto, o lugar e a posição do sujeito falante, em relação à sua atividade enunciativa. Esta noção nos leva a considerar as relações que o sujeito mantém com os dados da situação comunicativa, na qual ele encontra os procedimentos de discursivização, assim como os saberes, as opiniões e as crenças que possui. Sua competência não é mais simplesmente linguística, ela é, ao mesmo tempo, comunicacional, discursiva e linguística. Nesse sentido, Guerra (2008), ao articular os conceitos de sujeito e de consciência, aborda alguns legados de Bakhtin, no âmbito das Ciências Humanas. E, neste propósito ela traz à baila que o sujeito bakhtiniano já possuía um estatuto heterogêneo, pois era dialógico e seu conhecimento fundamentava-se no discurso que ele produzia. Ainda, segundo a analista do discurso “O sujeito dialógico bakhtiniano vem abalar a concepção clássica do sujeito cartesiano, circunscrito em uma identidade permanente [...] é solidário das alteridades de seu discurso ao ser concebido numa partição de uma multiplicidade de vozes concorrentes”. (GUERRA, 2008, p. 24).

Hall (2005) apresenta três concepções de sujeito: o primeiro é o sujeito do Iluminismo, baseado em uma concepção da pessoa humana, como um indivíduo, totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo “centro” consiste em um núcleo interior, que emerge, pela primeira vez, quando o sujeito nasce e com ele se desenvolve, ainda que permaneça o mesmo, ao longo de sua existência. A segunda noção traz o sujeito sociológico, que reflete a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que o núcleo interior do sujeito não é autônomo e autossuficiente, mas formado na relação com outras pessoas, que mediam para ele os valores, sentidos, cultura, entre outros. Nessa vertente, o sujeito ainda tem um núcleo, ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado em um diálogo contínuo com os mundos culturais e as identidades que estes

lhe oferecem. Já na terceira concepção, o sujeito pós-moderno não apresenta mais uma identidade fixa ou essencial, pois ela é formada e transformada continuamente, visto que o sujeito assume uma identidade fragmentada, cindida, sendo perpassado pelo consciente e pelo inconsciente. Tratamos, mais detalhadamente, sobre os três tipos de sujeitos, apresentando por Hall (2005), no subitem destinado a tecermos alguns conceitos sobre identidades sociais.

Na perspectiva do sujeito pós-moderno, Pêcheux (1991) afirma que o sujeito é afetado por dois tipos de esquecimentos; o “esquecimento nº 1” é aquele em que o sujeito se coloca, como a origem de tudo o que diz, ou seja, ele tem a ilusão de ser o criador absoluto do próprio discurso. E o esquecimento nº 2, que se dá, quando o sujeito tem a ilusão de que o que diz tem apenas um significado.

Sobre esse segundo esquecimento, na perspectiva da AD, sabemos que as palavras, ou as proposições significam diferentes, em diferentes contextos, mas esta ilusão por parte do sujeito é necessária, para que ele continue produzindo discursos. Para a AD, o sujeito é constituído ideológico e historicamente, por estar inserido em um determinado lugar e tempo. Consoante Pêcheux (1988, p. 160), “[...] as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aquelas que as empregam [...]”.

Ao refletirmos sobre estes conceitos, verificamos três tipos de sujeito: o primeiro conceitua-se como assujeitado à maquinaria, já que se submete às regras específicas determinantes do discurso que enuncia. Logo, segundo esta concepção de sujeito, quem de fato fala é uma instituição, ou uma teoria, ou uma ideologia. O segundo tipo de sujeito, apesar de desempenhar diferentes papéis, não é totalmente livre e ele sofre coerções da formação discursiva da qual ele enuncia. Logo, o lugar do indígena, do fazendeiro, do professor, do político, do publicitário, por exemplo, é que determina o que ele pode ou não dizer. Por fim, o terceiro tipo de sujeito, dá-se a partir das teorias do inconsciente, em que o centro do sujeito não é mais o estágio do consciente, ele é dividido, clivado entre o consciente e o inconsciente e que será considerado nesta pesquisa.

Em conformidade com Coracini (2007), o sujeito é uma construção social discursiva, portanto, sempre se transforma, reinventa-se e inscreve-se na história. Compreendermos a noção de interdiscurso e de formação discursiva dos sujeitos faz-se

necessário, neste estudo, porque procuramos apontar alguns traços identitários dos sujeitos indígenas de Mato Grosso do Sul discursivizados no *Facebook*. Portanto, na sequência, articularemos tais noções, a partir de autores como Foucault (1987), Orlandi (2007), Pêcheux (2009) e Fiorin (2007).

## 2.2 Da Formação Discursiva ao Interdiscurso

Ao problematizar a unidade de um discurso, Foucault (1987) diz que o questionamento é saber se ela ocorre pelo espaço, onde diversos objetos se alinham e se transformam, e não, pela singularidade de um objeto. Nessa obra, intitulada *Arqueologia do Saber* ele utiliza, pela primeira vez, a expressão “*formação discursiva*” e a define de uma forma muito didática e significativa para a perspectiva discursiva.

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva. (FOUCAULT, 1987, p. 43).

A definição de *formação discursiva* proposta por Foucault (1987) ajuda-nos a entender por que as condições de surgimento de um objeto do discurso são históricas, visto que, nesta perspectiva, não se pode falar de qualquer assunto, em qualquer lugar e, em qualquer época, pois o contexto social, histórico e político são determinantes na constituição das formações discursivas, determinando o que pode e deve ser dito. Por exemplo, com base no contexto sócio-histórico, não se espera de um sujeito inserido na posição social de grande latifundiário, proferir um discurso que demonstre ser a favor da demarcação das terras indígenas.

É importante ressaltarmos que, no estudo em questão, a forma não é separada dos conteúdos, uma vez que procuramos entendermos a língua, além de sua estrutura, ou seja, como um acontecimento, em que os efeitos de sentidos colocam os dizeres em relação à sua exterioridade, como bem exemplificado por Orlandi (2007): a partir de dois enunciados tais como: “Vote sem medo” e “Vote com coragem”, em que ambos nos remetem ao mesmo fato, acontecimento, mas cada qual mantém suas relações de sentidos, verificamos que uma mesma palavra inserida, em contextos diferentes,

também pode causar efeitos de sentidos díspares. Por exemplo, a palavra “terra”, inserida em uma formação discursiva do indígena, não terá o mesmo sentido, no bojo do contexto discursivo de um fazendeiro.

Pêcheux (2009, p. 147, grifos do autor) define formação discursiva, a partir da noção de formação ideológica, pois nas palavras do autor “Chamaremos, então, *formação discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, [...] determina o que pode e deve ser dito [...]”. Em *O discurso: estrutura ou acontecimento*, (PÊCHEUX, 2002, p. 53) ao postular que “[...] todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro [...]”, é possível verificarmos que ele considera o discurso formado por heterogeneidades, sujeito a falhas, ao equívoco. Por conseguinte, não se sustenta mais a noção de formação discursiva como homogênea, que produz a ideologia dominante, ou seja, o pensamento da ideologia dos Aparelhos Ideológicos do Estado.

Esse conceito de *formação discursiva* é utilizado pela AD, para designar o lugar, onde se articulam discurso e ideologia, neste sentido, podemos afirmar que uma formação discursiva é governada por uma formação ideológica. Nesse passo, entendemos que formação ideológica pode ser definida como um confronto de forças, em um dado momento histórico, mas essas forças não precisam de estar, necessariamente, em confronto, elas podem estabelecer, entre si, relações de aliança, ou também de dominação.

Segundo Fiorin (2007, p. 32):

Uma formação ideológica deve ser entendida como a visão de mundo de uma determinada classe social, isto é, um conjunto de representações, de ideias que revelam a compreensão que uma dada classe tem do mundo. Como não existem ideias fora dos quadros da linguagem, entendida no seu sentido amplo de instrumento de comunicação verbal ou não-verbal, essa visão de mundo não existe desvinculada da linguagem.

Essa afirmação nos faz refletirmos que a linguagem é essencial na materialização das diversas posições ideológicas, pois é por meio delas, e já assumidas pelos interlocutores, que emergem os efeitos de sentido de um discurso, os quais se constroem por meio da relação entre interlocutores e o lugar social de onde se enunciam. Portanto, formação ideológica está presente em uma diversidade de

formações discursivas, as quais são conjuntos de temas que materializam uma dada visão de mundo.

De acordo com o exposto, formação discursiva não deve ser pensada como um bloco homogêneo, já que as palavras não significam em si mesmas, elas são constituídas pela contradição, logo, são heterogêneas.

Ao estudarmos a heterogeneidade presente no discurso do/sobre o indígena sul-mato-grossense, recorreremos a Authier-Révuz (1990), pois ela é a denominadora do termo heterogeneidade constitutiva. Para tratar do que ela nomeia de heterogeneidade constitutiva do sujeito e de seu discurso, apoia-se na problemática do “dialogismo” bakhtiniano e na abordagem do sujeito, com a linguagem permitida por Freud e sua releitura, por Lacan. É em relação a esse exterior à linguística que ela propõe uma descrição da heterogeneidade constitutiva e enfatiza as formas marcadas de heterogeneidade, as quais podem se manifestar sob a forma da denegação.

A autora afirma que o “dialogismo” de Bakhtin não tem como preocupação principal o diálogo, face a face, mas ele se constitui, por meio de uma reflexão multiforme, semiótica e literária e o que ele designa como saturação da linguagem, constitui uma teoria da produção do sentido e do discurso, assim, coloca os outros discursos como um “centro” exterior constitutivo, aquele do já dito (AUTHIER-RÉVUZ, 1990). Sobre os estudos de Freud, ela expõe a postulação de que não há centro para o sujeito, fora da ilusão, a qual é necessária para que um discurso possa ser mantido, pois o sujeito, no instante em que enuncia, julga-se dono do próprio discurso, como bem explica Pêcheux (2009), ao falar dos esquecimentos.

Segundo a pesquisadora, por meio da denegação, a presença do Outro emerge, no discurso, principalmente, nos pontos em que se insiste em quebrar a continuidade, a homogeneidade fazendo vacilar o domínio do sujeito, onde ele se apresenta cindido, clivado e inconsciente. Ela explicita também que, uma dupla designação é operada pelas formas da heterogeneidade mostrada: a de um lugar, para um fragmento de estatuto diferente, na linearidade da cadeia discursiva, e a de uma alteridade, cuja é marcada pelas aspas e pelos itálicos não glosados, ou seja, toda compreensão destas marcas passa por uma especificação da alteridade a que remetem, em função do ambiente discursivo. Authier-Révuz (1990), propõe três tipos de heterogeneidade mostrada, a primeira é aquela na qual o locutor usa suas palavras, para traduzir o discurso de um Outro, ou as

recorta e as cita. A segunda se realiza, quando o locutor assinala as palavras do Outro em seu discurso, por meio, por exemplo, de aspas, de itálico, de uma remissão a outro discurso, em que o fio discursivo seja interrompido. Já, a terceira ocorre quando a presença do Outro não é mostrada, ou marcada na frase, mas é mostrada, no espaço do sugerido, como nos casos do discurso indireto livre, da antífrase, da ironia, da imitação, da alusão.

Os discursos são interligados, pois um discurso sempre aponta para outros discursos, são os chamados interdiscursos e estes são compreendidos como aquilo que se fala antes, o já dito, ou seja, a memória discursiva, o pré-construído. As palavras significam, na história, sendo a polissemia responsável pelo deslocamento dos sentidos, rompendo os processos de significações e joga com o equívoco. Já, a paráfrase retorna ao dizível, a memória, e estabiliza os sentidos. E, nesse sentido entre a paráfrase e a polissemia, entre o dito e o não dito que os sujeitos e os sentidos se deslocam e significam-se.

Para Orlandi (2007, p. 33), interdiscurso é “[...] todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos”, ou seja, é a memória discursiva, são os discursos já proferidos, em outros contextos, e já esquecidos e, quando voltam a ser pronunciados, produzem novos efeitos de sentidos, pois uma mesma palavra pode significar diferente, em diferentes contextos. Ao firmar esta definição, verificamos que Guerra (2008, p. 45) se refere ao *interdiscurso* como “[...] uma memória do dizer que abrange o universo do que é dito”. Logo, são as múltiplas vozes, motivadas por crenças, ideologias, culturas e valores, provenientes de textos, de experiências que nos remete a noção de memória discursiva, portanto, de interdiscurso. Essas vozes entrelaçam-se e mesclam-se, permitindo aos sujeitos serem, ao mesmo tempo, semelhantes e diferentes.

### **2.3 Sobre o processo identitário**

Na composição desta dissertação assumimos um posicionamento teórico, o qual acredita que identidade não é algo fixo e acabado, mas móvel e, em constante (trans)formação. Portanto, fundamentamo-nos, nos estudos de Hall (2005) e Coracini (2007), para compreendermos como se dá a constituição identitária dos sujeitos, do século XXI, uma vez que nos propomos a estudar o processo identitário do indígena de

Mato Grosso do Sul que se constitui, em meio ao processo de globalização, ao capitalismo, aos avanços tecnológicos com um sentimento de pertencimento identitário, atrelado aos costumes apresentados como típicos da cultura indígena.

Hall (2005), ao traçar três concepções de identidades - a saber, o sujeito do iluminismo, o sociológico e o pós-moderno revela-nos que houve uma mudança estrutural, que transformou as sociedades modernas, no final do século XX. Estas alterações provocaram no sujeito iluminista e sociológico um deslocamento da ideia que possuíam, com relação a concepção identitária.

De acordo com o teórico cultural, o sujeito do iluminismo possuía uma concepção de sujeito, totalmente, centrado, porquanto se acreditava na existência de um núcleo interior. Já, o sujeito do sociológico considerava a interação social, mas a concepção de núcleo ainda reinava, porém, já se verificavam que o núcleo era modificado, por meio de diálogos, entre culturas e identidades, díspares, existentes no mundo. Contudo, o sujeito do pós-moderno é o resultado da desconstrução dos dois sujeitos anteriores, ou seja, o sujeito, que antes vivia com o sentimento de pertencimento de uma identidade fixa e estável, vê-se fragmentado, heterogêneo e afetado pelo contexto histórico-social. As certezas e as verdades têm as respectivas estruturas abaladas porque o estável cedeu lugar ao provisório e ao variável, portanto, tornaram-se complexas.

O autor traça cinco grandes mudanças nos estudos sociais e das ciências humanas, que fizeram com que o sujeito cartesiano do iluminismo tivesse a identidade dele deslocada na pós-modernidade. A primeira alteração ocorreu por meio das releituras do pensamento marxista, os quais interpretaram que o marxismo entendido, corretamente, deslocava qualquer noção de sujeito individual, uma vez que os teóricos como Althusser compreendiam que “[...] os indivíduos não poderiam de nenhuma forma ser os “autores” ou os agentes da história, uma vez que eles podiam agir apenas com base em condições históricas criadas por outros [...]” (HALL, 2005, p. 34). A descoberta do inconsciente por Freud é mencionado por Hall, como o segundo fato importante para o deslocamento do pertencimento identitário uno. Por meio da releitura lacaniana dos estudos de Freud é que a identidade passou a ser entendida como algo formado, ao longo do tempo e considerada como resultado de processos do inconsciente. Esta concepção resultou nos sujeitos cujos processos identitários se

constituem, em meio à falta, ao desejo à plenitude e que é preenchido, provisória e ilusoriamente, pelo exterior, ou seja, pelas formas, as quais ele imagina ser visto pelos outros.

Ao tecer o terceiro descentramento do sujeito, desloca a teoria saussuriana em que o linguista argumentava que os sujeitos não são autores das afirmações feitas por eles, ou dos significados que expressam na língua. Para tanto, Hall propõe que, realmente, não podemos ser autores individuais, uma vez que a língua é um sistema social, o qual se realiza como resultado da interação social e da memória discursiva, e não, como expressão do pensamento, como nos propunha Saussure. Assim, Hall (2005, p. 41), influenciado pelos pensamentos derrideanos acredita que “O significado é inerentemente instável: ele procura o fechamento (a identidade), mas ele é constantemente perturbado (pela diferença)”. Outra modificação acerca da identidade e do sujeito, de acordo com o estudioso, ocorreu, a partir da genealogia foucaultiana, quando o filósofo problematiza a existência, ao longo do século XIX, de um poder disciplinar, que regula os corpos, no intuito de torná-los dóceis. Por fim, o quinto descentramento se consolidou, por meio dos movimentos feministas, nos anos sessenta. Dentre várias problematizações questionavam-se as dicotomias como, por exemplo, “privado” e “público”, “homem” e “mulher”, entre outras. De acordo com Hall (2005, p. 45), o feminismo “[...] politizou a subjetividade, a identidade e o processo de identificação (como homens/mulheres, mães/pais, filhos/filhas)”.

Castells (1999), ao estabelecer três tipos de identidade, coloca o feminismo como exemplo de *Identidade de projeto*, onde atores sociais servindo-se, seja qual for o material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade, capaz de redefinir sua posição social. As outras duas construções identitárias, segundo o autor, são *Identidade legitimadora* e a *Identidade de resistência*. Sobre a identidade legitimadora, nas palavras de Castells (1999, p. 24) é “[...] introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais [...]”. Encontramos por meio das assertivas de Hall (2005) e pelo estudo da obra de Castells (1999) um contraponto teórico entre os estudos foucaultianos e o pensamento de Castells, ao estudarem a constituição identitária dos sujeitos, uma vez que, conforme o exposto, por meio de sua genealogia, o filósofo, também, postula a existência de um poder disciplinar trazido de instituições como, por exemplo, as

prisionais, que propunham regular os atores sociais. E, ainda sobre a identidade de resistência, são aquelas emergidas por sujeitos que se encontram em condições desvalorizadas, perante a sociedade dominante, mas que resistem e lutam contra a segregação, em que se encontram.

Retomando os estudos de Hall (2005), averiguamos que o autor não se ateve em somente descrever as mudanças responsáveis pela emersão de novas concepções, no tocante à constituição identitária dos sujeitos pós-modernos. Ele problematizou como uma cultura nacional atua, como fonte de significados, foco de identificação e de sistema de representação. Nessa perspectiva, ele reflete que possuímos um sentimento de unificação e homogeneização, por meio de uma cultura nacional, onde os sujeitos se identificam por meio de representações identitárias tidas como comuns de um Estado-Nação. Em conformidade com o autor, uma sociedade possui a ilusão de ser unificada e homogênea, influenciada pelo cultivo a memórias do passado; a vontade de viver, em conjunto, e propagar as heranças culturais que receberam de seus antepassados. Para o pesquisador, em nome de uma identidade cultural, as sociedades nacionais ignoram as diferenças dos sujeitos. Nas palavras de Hall (2005, p. 59): “[...] não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional”.

Coracini (2007), ao estudar a constituição da identidade do brasileiro, postula que a mídia é uma grande construtora do imaginário, responsável pelo sentimento identitário que une os sujeitos, para constituir uma nação ou grupo social e, concomitantemente, concede-lhes a ilusão da unidade e da totalidade. Nessa vertente entendemos que é preciso questionar as verdades preestabelecidas, construídas pela mídia e pelos discursos, que vão se cristalizando, na sociedade, e enxergarmos que somos uma sociedade formada pela diferença, por sujeitos híbridos, em que o estranho, o outro nos constitui. Nas palavras de Coracini (2007, p. 48), “É possível, pois, dizer que o estrangeiro – o estranho, o outro – nos constitui: somos estranhos em nós mesmos e para nós mesmos e, ao mesmo tempo, nos reconhecemos [...]”.

Ainda, embasados em Coracini (2007), notamos que os sujeitos possuem uma ilusão de pertencimento imaginado a uma nação, e que esta ilusão é necessária, para que se possam descrever os traços identitários.

Em “A construção social da subcidadania”, Jessé Souza (2012) apresenta uma reflexão sobre os processos de naturalização da desigualdade social, que influenciam na constituição identitária de grupos sociais. Assim, na constituição de nosso estudo, vale destacar os entendimentos do autor, supracitado, com relação a esses processos de naturalização da desigualdade social.

O livro, dividido em três partes, organizadas e denominadas: (I) A Reconstrução da Ideologia Espontânea do Capitalismo; (II) A Constituição da Modernidade Periférica e (III) A Construção Social da Subcidadania, traz textos que fundamentam e problematizam questões acerca dos processos de naturalização da desigualdade social que perpassam a maioria dos países periféricos como o Brasil.

Na primeira parte do estudo, o autor, tem por objetivo traçar uma discussão teórica por meio de formulações de autores como Pierre Bourdieu e Charles Taylor. O autor serve-se do poder “desvelador” das duas teorias para refletir sobre a experiência da naturalização da desigualdade social. Souza postula que, para Taylor, identidade é uma matéria relacionada a “redes de interlocução” e que o ideal da autenticidade na constituição identitária é o ponto de partida para se reagir à acomodação social. Quanto aos trabalhos de Bourdieu, o autor destaca a singularidade da teoria do sociólogo ao desmascarar a “ideologia da igualdade de oportunidades”.

De acordo com Souza (2012), Bordieu assinala em suas teorias as formas opacas assumidas pelas lutas de classes na modernidade tardia e com isso desconstrói as estratégias que constituem a base da dominação e da opressão social, e, ainda critica tanto a Antropologia quanto a Sociologia Estruturalista. O sociólogo fecha esse primeiro momento da obra afirmando que Taylor e Bourdieu se completam teoricamente no sentido de que na teoria do primeiro a contemporaneidade da luta de classes não é abordada, enquanto na abordagem do segundo, ao ser desmascarada, ela se faz presente. O autor esclarece que não apresentou as teorias dos autores mencionados com a finalidade de criar uma terceira, mas sim para, a partir delas, abrir campos para reflexões sobre a naturalização da desigualdade em países periféricos.

A segunda parte do livro é contemplada com cinco capítulos, nos quais Souza (2012) problematiza o processo de modernização da “nova periferia” – termo denominado pelo autor para designar as sociedades formadas pela influência do crescimento populacional. Para atingir esse objetivo o autor promove uma explanação

(des)construindo obras de autores que abordam a temática da formação social brasileira, tais como: Gilberto Freyre, Florestan Fernandes e Luiz Werneck Vianna. Com relação aos trabalhos de Freyre, Souza (2012) traz para o centro da discussão uma análise do livro “Casa grande & senzala” e lança uma crítica em relação a uma suposta “plasticidade” dos portugueses colonizadores. De acordo com Souza (2012), na obra referenciada o português colonizador é o elemento da “plasticidade”, por ser aquele que molda os sujeitos, influenciando, por exemplo, a cultura, a língua e a religião dos negros. O autor ainda vislumbra a existência de duas visões de sociedade colonial na obra de Freyre: a sadomasoquista, relacionada à “escravidão muçulmana” e a outra ligada à mestiçagem. Para Souza (2012), por meio dessa “plasticidade” o colonizador acabou por criar um sistema de relação acentuado entre dominantes e dominado.

A terceira e última parte da obra é organizada em três capítulos. O primeiro, “O processo de modernização periférica e a constituição de uma “ralé” estrutural”, aborda os estudos de Florestan Fernandes a partir de sua obra “Integração do negro na sociedade de classes”, onde o autor pontua que após a libertação da escravidão, os libertos não estavam preparados para enfrentarem uma sociedade competitiva em relação às formas de trabalho, devido ao fato de terem passado muito tempo submetidos à servidão. E esse fato, segundo Souza (2012), fez com que esses povos começassem a viver às margens da sociedade, resultando, portanto, na construção social de uma subcidadania brasileira. Tanto no segundo texto apresentado nessa parte da obra quanto no terceiro, Souza retoma o conceito de *habitus* discutido na primeira seção do livro. Para o autor, em sociedades periféricas, o *habitus* implica a existência de redes invisíveis e objetivas que desqualificam os sujeitos e os grupos sociais como subcidadãos. É o que verificamos no caso dos povos indígenas. Eles são desqualificados pelo branco por conta de sua cultura, seu modo de viver, e assim constroem-se formações discursivas acerca desses povos que nos conduzem à representação identitária de um grupo selvagem.

Hall (2003) também aborda os costumes de uma determinada cultura, e problematiza a questão das *tradições culturais*. Para esse autor, os elementos das *tradições culturais* não possuem uma posição fixa; eles podem “ser reorganizados para se articular a diferentes práticas e posições e adquirir um novo significado e relevância”. (HALL, 2003, p.260). A partir dessa visão entendemos que não é porque às tradições

culturais indígenas são agregados valores e costumes da cultura do branco que este povo “perde” sua identidade. Acreditamos que identidade não é algo que se perde e sim uma entidade móvel a qual se transforma por sofrer constantemente o processo de mutação e agregação, simultaneamente.

Para melhor entendermos a constituição de alguns traços identitários de indígenas sul-mato-grossenses, por meio do contexto discursivo do *Facebook*, vimos a necessidade de articularmos, no próximo subitem, os conceitos de saber/poder tal qual são postulados, nos estudos foucaultianos. Neste âmbito teórico, o discurso é considerado uma prática construtiva de sentido, nas relações sociais e na linguagem em funcionamento. Buscamos apontar quais são os processos de subjetivação que constituem o sujeito indígena.

## 2.4 Saber e poder

Na visão de Foucault (1988), o poder não é entendido como modo de sujeição ou sistema geral de dominação, mas trata-se de uma multiplicidade de correlações de força, as quais não se separam do objeto, já que ele está, em toda parte, porque provém de vários lugares, é, pois, dinâmico e móvel.

É por meio do estudo sobre a história da sexualidade que Foucault (1988) levanta questionamentos sobre que efeitos recíprocos de poder e saber são proporcionados nos discursos produzidos, tática e estrategicamente, em torno da sexualidade; chega à postulação de que não se deve pensar um mundo do discurso dividido, entre o discurso dominante e o dominado, mas como uma multiplicidade de elementos discursivos, que podem entrar em estratégias diferentes, as quais produzem efeitos de sentidos diferentes, ao verificarmos a posição social, em que o sujeito enunciador se encontra.

Para compreender a temática da sexualidade, o autor traça quatro regras estratégicas por onde o poder permeia. A primeira regra é a de *imanência*, segundo a qual, se o sexo se estruturou como um domínio a conhecer, foi a partir de relações de poder que o instituíram como objeto possível. A segunda regra é a *das variações contínuas*, a partir dela o filósofo averigua que as relações de poder-saber constituíram uma gama de modificações e deslocamentos discursivos em torno da sexualidade dos adultos, pois enquanto a sexualidade das crianças era problematizada, na relação entre

os médicos e os pais, na relação entre psiquiatra e a criança, a sexualidade dos adultos foi colocada em pauta. A terceira regra é a do *duplo condicionamento*, ou seja, existem estratégias globais e locais do exercício de poder e ambas apoiam-se mutuamente. E, a quarta e última regra exposta pelo estudioso é a de *polivalência tática dos discursos*, uma vez que, segundo o autor, não se deve pensar em um mundo discursivo dividido entre o discurso admitido e o excluído, mas como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes.

Para esse estudioso, as relações de poder não se encontram em posição de exterioridade a respeito de outras relações, mas sim imanentes, porque são um efeito imediato das partilhas e da desigualdade. Ainda nessa perspectiva, o autor expõe algumas proposições, integrantes das correlações de forças heterogêneas e tensas, dentre as quais ele afirma que o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e, em meio às relações desiguais e móveis; porquanto, as relações de poder não estão em posição de superestruturas, pois exercem um papel diretamente produtivo onde atuam. Elas são intencionais e não subjetivas, simultaneamente, pois não há poder que se exerça sem uma série de miras e objetos. O autor esclarece que onde há poder, sempre haverá resistência.

É o que verificamos, por exemplo, ao analisarmos, a partir dessa perspectiva foucaultiana, os discursos provenientes dos embates entre os povos indígenas e o branco, em que tanto ambos exercem os papéis de bons e de maus, simultaneamente. O poder se mostra móvel, por vezes é exercido pelo branco e outras pelo índio. Assim, “não há, no princípio das relações de poder, e como matriz geral, uma oposição binária global entre os dominantes e os dominados [...]. (FOUCAULT, 1988, p.104). A partir dessas reflexões, assinalamos que o poder não se instaura como fixo, nas classes dominantes, e sim na multiplicidade de pontos de resistência que são móveis e introduzem, na sociedade, clivagens que se deslocam. Portanto, é no campo das correlações de forças que se deve analisar os mecanismos de poder os quais permeiam todos e quaisquer discursos.

## 2.5 Escrita de si no *Facebook*: identidade em (des)construção

Abordar a temática sobre o contexto discursivo de uma determinada rede social exige-se, antes, explanarmos sobre os avanços tecnológicos e o fator determinante para sua crescente e rápida expansão. O fator é a globalização que se deu, em decorrência da consolidação do capitalismo, o qual colaborou na realização desse processo que visa a uma integração mundial, sempre mais concretizada, devida às inovações tecnológicas.

A partir das tecnologias inovadoras tais como as redes de telecomunicações (televisão, rádio, telefone, aparelho de fax, internet, entre outros) tornou-se possível difundir, propagar e conectar as informações, rapidamente, entre instituições, empresas e, ligar o mercado, a economia, a política e as sociedades. Como analisamos o discurso do indígena, que se constrói, no espaço das novas tecnologias, baseamo-nos na fase teórica foucaultiana, em que o filósofo aborda a questão da escrita de si, na ânsia de compreendermos este sujeito discursivo por meio de seu dizer, uma vez que verificamos, no discurso estudado, que a escrita, constantemente, aparece como uma forma de desabafo, confissão de suas angústias, em meio a segregação social enfrentada por eles.

O filósofo e historiador francês, Foucault dedicava-se ao estudo das práticas de subjetivação dos discursos problematizando as relações de saber/poder existentes nos mesmos. Na reflexão que realiza em seu texto denominado a “A escrita de Si”, o filósofo problematiza a escrita de si e a analisa, por meio dos hupomnêmatas e de correspondências.

Sobre os hupomnêmatas, segundo o texto, podiam ser livros de contabilidade, registros públicos, cadernetas individuais que serviam de lembretes, os quais constituíam uma memória material dos discursos lidos, ouvidos ou pensados, por isso, formavam uma matéria prima, a qual era utilizada, para lutar contra uma determinada falta e superar as dificuldades.

Segundo o autor, no entanto, esses hupomnêmatas não deviam ser considerados como um singelo apoio à memória, pois eles não se destinavam a substituir as eventuais falhas de memória, mas sim, constituíam uma prática ao exercício da escrita de si, onde o já dito era captado de forma que o que se pôde ouvir ou ler se reúne na constituição de si.

O estudioso alega que a escrita, como exercício pessoal, feito por si e para si, é uma maneira racional de combinar a autoridade tradicional do discurso já dito com a singularidade da verdade, que nela se afirma e a particularidade das circunstâncias, que lhe determinam o uso, assim como unifica fragmentos heterogêneos pela sua subjetivação. Ele postula que o copista cria sua própria identidade, por meio da seleção que faz dos discursos anteriores. Contudo, o pesquisador, aponta que as leituras escolhidas pelo sujeito e a escrita assimiladora dele formam um jogo na construção de uma identidade, onde se lê toda uma genealogia espiritual.

A respeito das correspondências, Foucault afirma que, ao se escrever, lê-se o que se escreve, do mesmo modo que, ao enunciar um fato, ouve-se o que se diz. Desta forma, a carta, por meio da escrita, age sobre aquele que a envia e sobre quem a recebe. São estabelecidos vários pontos em comum entre os hupomnêmatas e as correspondências, mas o autor adverte que estas não devem ser consideradas como um simples prolongamento daqueles, visto que as correspondências constituem, também, um certo modo de se manifestar para si mesmo e para os outros.

A carta é compreendida pelo filósofo, como um exercício que trabalha a subjetivação dos discursos, tomado como verdadeiro e constitui, ao mesmo tempo, uma objetivação da alma. A escrita que a compõe é selecionada e constituída, a partir da imagem que se estabelece de seu receptor, ou seja, controlada por ele.

Coracini (2010) ancora-se nos estudos de Foucault, Derrida e Lacan para tecer algumas considerações sobre a teoria, que ela denomina discursivo-desconstrutivista, abordando a questão da escrita de si. A autora traz, à baila, o caso de *Pierre Rivière*, desarquivado por Michel Foucault, ao estudar como as autoridades, por meio dos diagnósticos médicos fabricam identidades. Segundo a pesquisadora, *Rivière* era semianalfabeto e desconhecido, mas tornou-se famoso e conhecido, quando o filósofo lançou mão de seu caso criminal, nas prateleiras de uma biblioteca. *Rivière*, depois de ser submetido a vários exames médicos, os quais eram muito contraditórios, foi obrigado a escrever sua versão sobre a atrocidade que cometera degolando a mãe, o irmão e a irmã. Ele confessa, por meio da escrita, que tinha a intenção de escrever o crime, antes de realizá-lo, mas, devido a alguns acontecimentos, ele acaba por realizá-lo, antes que pudesse escrevê-lo.

Nas palavras da estudiosa, Foucault postulava, que se o criminoso tivesse tido tempo de escrever sobre os crimes, que pretendia cometer, ele não os realizaria, porque ele transferiria suas angústias e sua raiva para o texto, ou seja, ele teria utilizado a escrita, como um remédio, para curar os males que lhe assombravam a alma. Da mesma maneira, segundo a analista do discurso, os estudos derrideanos entendem que a escrita de si constitui um gesto de confissão, na qual o sujeito almeja construir uma imagem de si, para o outro e para si, na tentativa de absolvição pelo outro e, por si.

Ainda fundamentada, nos pensamentos foucaultianos, a pesquisadora afirma que, em toda produção de discurso, há regularidades e convenções a serem cumpridas, mas há, também, as dispersões, as quais indicam para o singular e para a resistência ao poder, que as regularidades estabelecem. A partir desta perspectiva, ela nos fornece pistas de que escrever não é somente respeitar as regularidades dos discursos, garantindo a ilusória homogeneidade. Mas, significa também, romper com as regras, produzir o singular, o heterogêneo, (des)construir verdades instituídas, em si, e no outro. Portanto, a escrita, para Coracini (2010, p. 28):

[...] passa, inexoravelmente, pela subjetividade, que é, por sua vez, agenciada pelas formas de poder que, de certo modo, garantem uma certa submissão e uma certa homogeneidade, assegurada pelo respeito às regras, facilitando o controle. Numa sociedade de consumo como aquela em que vivemos, assediados pela mídia que constrói, em cada um, necessidades, antes inexistentes, vemo-nos todos em busca de objetos de último tipo, maravilhados pela rápida transformação tecnológica.

Trazer à baila estas reflexões sobre a escrita de si fez-se necessário, porque acreditamos que todo ato de escritura passa pelo processo de subjetivação do sujeito e deixa algumas marcas linguísticas, que nos conduzem à constituição de traços identitários. Sendo assim, o sujeito pesquisado, ao realizar postagens, nas páginas indígenas no *Facebook*, por meio da escrita, acaba (re)constituindo e (re)inventando a história dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul. Nas palavras de Scherer (2010, p.109):

[...] escrever é um ato singular. Mas esse ato singular é ao mesmo tempo coletivo. Singular pelo sujeito que se apropria desse ato, identificando-se a, subjetivando-se a. Coletivo pelas histórias que traz à memória do aprendizado da emancipação. Coletivo porque nele

estão todos os sujeitos que nos ajudam a constituir esses inúmeros atos ao longo da vida.

É por meio desse ato singular e ao mesmo tempo coletivo que as páginas indígenas se constituem na rede social *Facebook*. Os consumidores dessa nova tecnologia unem-se discursivamente por apresentarem interesses comuns, como por exemplo, a propagação das causas indígenas.

### CAPÍTULO 3 - UM OLHAR DISCURSIVO SOBRE AS MARCAS DE EXCLUSÃO E A (DES) CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIAS DE INDÍGENAS NO FACEBOOK

Temos por objetivo, neste capítulo, problematizar a constituição identitária de indígenas sul-mato-grossenses, a partir da interpretação da escrita de postagens, realizadas na rede social, denominada *Facebook*. Para tanto, visamos deslocar, por meio da materialidade linguística, em especial, das construções verbais, os efeitos de sentidos e as diferentes formações discursivas, assim como apontar, no discurso do/sobre o indígena, as marcas de subjetividade que o compõe, em meio ao espaço virtual.

Utilizamos o método arqueogenealógico foucaultiano, para historicizarmos os acontecimentos discursivos e, a partir da noção de formação discursiva de Foucault (1987), recortamos o nosso *corpus*, pois a mesma nos possibilitou desvelarmos algumas regularidades discursivas presentes, nas postagens das páginas analisadas, a saber, “*Solidariedade ao Povo Guarani Kaiowá*” e “*Apoiamos os Povos Indígenas de Todas as Etnias*”. Por meio das regularidades encontradas em nosso *corpus* foi possível traçarmos os dois eixos de análise formadores deste capítulo. Cada eixo foi composto com a análise de cinco recortes.

O primeiro eixo constituinte da análise intitula-se: “*O Facebook como ferramenta de denúncia de exclusão social*” em que apresentamos a análise de cinco recortes problematizando a representação identitária dos indígenas sul-mato-grossenses, no contexto discursivo do *Facebook*, por acreditarmos, inicialmente, que essa representação se constitui, em meio a um emaranhado de identificações de si e do outro (o branco). Para compormos nosso segundo eixo de análise, denominado “*A luta dos indígenas pela conquista do espaço territorial*”, analisamos mais cinco recortes, promovendo discussões acerca do embate, entre o branco e o índio pela conquista da terra.

Por uma questão didática e metodológica, enumeramos e nomeamos todos os recortes. Estabelecemos uma sequência numérica de **1** a **05**, que se apresenta, juntamente com a letra **P** (de Postagem) para os recortes que compõem o primeiro subitem denominado “*O Facebook como uma ferramenta de denúncia de exclusão social*”. Portanto, nesse primeiro momento, os recortes se apresentam como **P1**, **P2**, e assim, sucessivamente, até o **P5**. Para o segundo item integrante deste capítulo

intitulado “*A luta dos indígenas pela conquista do espaço territorial*”, os recortes, também, se encontram enumerados, ao lado da letra **P** (de Postagem), e seguem a sequência numérica, iniciada no primeiro item, por consequência: **P6** até **P10**.

### 3.1 O Facebook como ferramenta de denúncia de exclusão

Por meio da análise das postagens apresentadas, identificamos o uso da rede social *Facebook*, como uma forma de denúncia da exclusão, pois conforme já mencionado, os recortes deste estudo foram retirados de “páginas” criadas, no *Facebook*, com a finalidade de propagar as causas indígenas e, sobre estas comunidades virtuais Lévy (1996, p. 20) postula que: “uma comunidade virtual pode, por exemplo, organizar-se sobre uma base de afinidade [...] seus membros estão reunidos pelos mesmos núcleos de interesses, pelos mesmos problemas [...]”.

Por meio da virtualização, os sujeitos rompem as barreiras geográficas, porquanto eles não têm um lugar estável no espaço; são sujeitos móveis, os quais podem estar, por exemplo, na região Sul ou no Norte, no Brasil, ou no exterior, ao mesmo tempo. A virtualização, por meio de sua rápida interação social possibilita o deslocamento identitário de uma cultura, (re)inventando-a e (re)significando-a. É o que veremos nas postagens, a seguir.

O texto de P1 foi retirado de uma postagem da “página” denominada “*Solidariedade ao povo Guarani Kaiowá*”, a qual aborda a notícia de que o inquérito policial, aberto por estupro, praticado por um professor indígena, na Missão Evangélica Caiuá, em Dourados, contra uma menor de 14 anos, filha de lideranças Guarani Kaiowá, foi arquivado.

**P1: NEM ESTUPROS, NEM EXTERMÍNIOS, NEM DESPEJOS!  
EXIGIMOS RESPEITO!  
CONTRA A IMPUNIDADE E A VIOLÊNCIA SOFRIDA PELOS  
GUARANI KAIOWÁ  
EM ESPECIAL ÀS MULHERES DESTE POVO!**

No viés discursivo da informática, a opção por grafar todas as letras em maiúsculas remete-nos ao efeito de sentido de grito do enunciador, a ideia de falar alto, da necessidade de ser ouvido. Por meio das letras em caixa alta e do advérbio de

negação “NEM”, acreditamos que essa rede social funciona, como uma microprática de poder, pois há nesse discurso, uma expressiva vontade de mudança da realidade social vivenciada. Vontade de ser ouvido e de propagar a voz dessa classe oprimida, em que o sujeito enuncia que não quer mais sofrer todas essas violências.

O emprego de letras em maiúsculas é uma estratégia discursiva comum, no discurso do branco, mediante este recurso, verificamos que o fato do sujeito de P1 o utilizar, em seu discurso, leva-nos a entender que o indígena discursivizado, no *Facebook*, constitui-se identitariamente, ora com traços, que remetem a seus povos, ora com traços identitários típicos do branco. Nesse sentido, Guerra (2011, p. 140) afirma que: “o discurso é antes de tudo uma forma de ação política e uma arena de lutas, essa binariedade índio/branco é utilizada quando é conveniente em vários movimentos sociais”.

Ainda, nesse viés, Limberti (2012), comenta que o índio apropria-se da voz do branco, para ser ouvido, na tentativa de marcar um espaço social.

As expressões “NEM ESTUPROS, NEM EXTERMÍNIOS, NEM DESPEJOS!” carrega, em si, um silenciamento, porque nesse enunciado, a conjunção “nem” produz um efeito de sentido de soma expressa ao lado dos substantivos “ESTUPROS, EXTERMÍNIOS E DESPEJOS”, pois, de acordo com Ferreira, (2010, p. 529), a conjunção “nem” significa “e não, e sem, sequer”. Assim, por meio da afirmação do que eles não querem, ou seja, por meio do que não é dito, linguisticamente, verificamos que eles sofrem atos de violência, como estupros, extermínios e despejos da própria moradia. Ao enunciar sobre questões ligadas à violência e estupros, o sujeito enunciadador de P1 faz uso do “silêncio constitutivo” (ORLANDI, 2008). Segundo a autora, silêncio constitutivo é aquele que nos indica que todo dizer apaga, necessariamente, outros ditos, outros sentidos. O apagamento desses sentidos é ainda reforçado, quando o sujeito de P1 se posiciona, discursivamente, contrário a “IMPUNIDADE E A VIOLÊNCIA SOFRIDA PELOS GUARANI KAIOWÁ”.

O substantivo “extermínio” produz um efeito de reforçar a imagem identitária de um grupo social oprimido, visto que esse substantivo é derivado do verbo *exterminar* que, conforme (FERREIRA, 2010 p. 334) significa “expulsar, desterrar, aniquilar, acabar com”.

Em P1 se manifesta uma ideologia indígena, que se funde com a ideologia do branco, ao exigir respeito em “*ESPECIAL ÀS MULHERES DESTE POVO!*”, em ambas as etnias, a mulher é vista, por vezes, como um sexo frágil, que precisa de proteção. Apontamos, por meio da expressão “em especial às mulheres”, uma formação discursiva (FD) machista, ao refletirmos que, se a mulher precisa de um cuidado “especial” é por que não há um tratamento igualitário entre os gêneros masculino e feminino. Assim, observamos que a mulher indígena, além de sofrer a discriminação pelo simples fato de ser mulher, é, também, segregada por ser indígena.

A postagem P2 foi retirada da “página” do *Facebook*, denominada “*Apoiamos os povos indígenas de Todas as Etnias*”. O objetivo principal da postagem é o de divulgar que os mantenedores do *Facebook* estão notificando pessoas, que lutam pelas causas indígenas, para que retirem o nome Guarany Kaiowá de seus perfis, sob a pena de serem bloqueados da rede.

**P2:** JORNALISTAS, ADVOGADOS, e quem puder nos AJUDAR de alguma forma sobre essa questão: O FACEBOOK está OBRIGANDO os militantes das causas indígenas a retirarem o nome GUARANY KAIOWÁ de seu perfil sob pena de serem bloqueados.

(...) A quem o Facebook serve?

Que modelo democrático é exercido neste portal onde bandidos possuem páginas (...) e um grupo de pessoas de bem que pretende fortalecer os direitos indígenas, (...) sofre pressão para que diminua a visibilidade do apoio aos índios brasileiros?!!!

Os diretores deste portal são donos de terras? São investidores de minérios? Qual interesse possuem para tamanha censura?

Quem são os diretores que determinam tamanha aberração e quais são suas razões?!

Como cidadãos brasileiros EXIGIMOS transparência dos dirigentes deste portal...

Em P2, é possível observarmos a recorrência ao uso de itens lexicais escritos em letras maiúsculas, estratégia esta que provoca um efeito de sentido de persuasão pelo sujeito enunciatório, como uma forma de convencer o sujeito enunciatário.

Esse efeito de sentido é materializado, por meio dos substantivos “*JORNALISTAS*” e “*ADVOGADOS*”, pois tanto os jornalistas, quanto os advogados, na ordem do discurso do branco, podem funcionar como micro práticas de poder, visto que o jornalista, por meio da instituição *mídia*, tem o poder e o saber necessários para

propagar a causa em questão. Assim como os advogados que têm seu conhecimento legitimado pelo discurso jurídico.

Note-se, nesse excerto, que o sujeito enunciador assume uma posição identitária de indígena, por meio da expressão “*nos AJUDAR*”, em que ele demonstra ser frágil e oprimido, pois necessita de ajuda, de socorro, de auxílio, conforme o significado do verbo ajudar, em. (FERREIRA, 2010, p. 28). Assim, apontamos no discurso de P2 uma representação identitária de vítima.

Já, por meio do enunciado, “*Como cidadãos brasileiros EXIGIMOS transparência dos dirigentes deste portal...*”, observamos um deslocamento identitário, pois averiguamos que esse discurso é perpassado pela voz do branco, uma vez que se vê, também, na condição de cidadão brasileiro. Nesse enunciado, destacamos uma formação discursiva política, o que contribui para a constituição indetentária de um indígena politizado. O sujeito é fruto de múltiplas identificações, com traços do outro, que se entrecruzam, construindo uma rede complexa e híbrida do inconsciente e, conseqüentemente, da subjetividade. Dessa maneira, podemos pensar em identidade, contemplando-a, no imaginário do sujeito, que se constitui nos e pelos discursos imbricados (CORACINI, 2007).

É curioso observar, em P2, o verbo utilizado, em primeira pessoa do plural “*EXIGIMOS*”, provocando o deslocamento identitário. Detectamos aqui, que o enunciador distancia-se da posição de indígena, para se colocar na posição de cidadão brasileiro. Nessa direção, em P2, postulamos que a identidade do branco se torna um lugar garantido, para que se possam reivindicar seus direitos. Interpretamos este deslocamento identitário, como uma estratégia do sujeito indígena para exercer o poder de resistência. Isso por que acreditamos, em conformidade com Foucault (1988, p. 102), que não devemos pensar o poder como algo fixo, uma instituição, uma estrutura, mas sim, como “[...] a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização”. Assim, o poder é refletido como algo móvel, dinâmico e que está em todas as partes porque se manifesta de todos os lugares.

Embasados nos estudos foucaultianos, pensamos no poder como algo exercido ou praticado, e não, como algo possuído. Sendo assim, por meio da expressão mencionada, apontamos as relações de poder exercidas pelos indígenas sul-mato-

grossenses, ao exigirem transparência aos dirigentes da rede social e, ao questionarem as políticas, que regem o contexto discursivo do *Facebook*.

Prosseguindo a análise, em P2, temos o tempo verbal empregado no gerúndio “*OBRIGANDO*”, que nos remete à ideia de ação contínua, ratificando as relações de poder, existentes nesse discurso, pois, se alguém exerce o poder contínuo de obrigar o outro a algo, é por que, certamente, esse outro, constantemente, resiste ao poder instituído. Em conformidade com (FOUCAULT, 1988, p.105) “[...] lá onde há poder há resistência”. Portanto, por meio do discurso de P2 constrói-se uma representação identitária de que os sujeitos indígenas encontram-se em constante resistência ao poder que o branco tenta lhe impor, por conseguinte, são permanentes guerreiros.

O recorte P3 foi retirado de uma postagem apresentada na página “*Solidariedade ao Povo Guarani Kaiowa*”, com o título “URGENTE! ALDEIA TAKWARA (JUTI-MS), onde os fazendeiros realizam o desmatamento, em território indígena”. Fizemos esse recorte com o intuito de problematizarmos a representação identitária do indígena sul-mato-grossense, ao denunciar, na rede social, as práticas do branco em relação ao uso da terra.

**P.3:** FAZENDEIROS CRIMINOSOS INICIAM O DESMATAMENTO ILEGAL DENTRO DA TERRA INDÍGENA TAKWARA NO MUNICÍPIO DE JUTI-MS. AS ÚNICAS ÁREAS DE MATA QUE AINDA NÃO TINHAM SIDO EXTERMINADAS PELOS LATIFUNDIÁRIOS (PECUARISTAS, CANAVIEIROS E SOJICULTORES) ESTÃO SENDO DERRUBADAS NESTE MOMENTO PARA DAREM LUGAR AS MONOCULTURAS DO AGRONEGÓCIO.

A imagem de rivalidade e desconfiança entre os indígenas e os brancos é propagada e reforçada na rede social *Facebook*, por meio do discurso de P3. Note que o adjetivo “CRIMINOSOS” aparece nesse excerto para qualificar os fazendeiros. Com a utilização desse adjetivo para classificar o branco, verificamos que os processos de *manipulação* que Limberti (2012, p.57) destaca em sua obra, ao analisar a imagem do índio construída na Carta de Caminha, não são mais eficazes como foram na época da colonização: “as manipulações seguintes vão sedimentando a confiança adquirida e as relações seguem cada vez mais cordiais. Começa a adquirir foco a imagem do “*bom selvagem*”, do inocente”. Diferentemente do mencionado por Limberti, em P3 notamos a ausência dessa confiança, uma vez que o sujeito de P3 desconfia das práticas dos

colonizadores (o branco) e as questiona. A imagem de “*bom selvagem*” e inocente construída acerca dos povos indígenas é desconstruída nessa rede social.

Ao deslocarmos o uso da palavra “EXTERMINADAS”, verificamos um efeito de sentido de denúncia, de crítica e a memória discursiva remete a algo negativo, a partir do significado do verbo exterminar Ferreira (2010, p. 334), “expulsar, desterrar, expulsar com mortandade, aniquilar”. Por conseguinte, imbricado nessa ideia negativa, emerge pelas brechas da linguagem que o branco, ao utilizar a terra, provoca mortalidade e aniquilamento aos indígenas. Há nesse dizer, uma denúncia e, ao mesmo tempo, a exposição de sua angústia, articulam práticas relacionadas ao uso da terra pelo branco.

O processo de escritura, exposto em P3, implica a exposição do pensamento do sujeito indígena, dos próprios sentimentos e desafios, ao mesmo tempo em que se vê envolvido pelo que relata. Por meio da escrita, o sujeito de P3 cria sua própria alma, pois, em conformidade com Foucault (1983, p.152), “É sua própria alma que é preciso criar no que se escreve”. Nessa vertente, “produzir um texto pode significar construir para si uma identidade, um lugar social, uma certa visibilidade, ainda que esta consista numa resposta a uma autoridade que detém o poder”. (CORACINI, 2010, p. 25).

Ainda sobre o processo da escrita de si, Foucault (1983, p.152-153) postula que: “assim como um homem traz em seu rosto a semelhança natural com seus ancestrais, também é bom que se possa perceber no que ele escreve a filiação dos pensamentos que se gravam em sua alma”. Ou seja, quando o sujeito enunciador utiliza os adjetivos “CRIMINOSO” e “ILEGAL” ratifica seu posicionamento discursivo de discordância às práticas realizadas pelos fazendeiros em relação à terra.

Segundo, Guerra (2012, p. 61):

o índio cria uma narrativa – aparentemente coerente – que lhe permite “racionalizar” sua história e a do seu povo, conferir uma coerência a um passado, materializado no intradiscurso em que os já ditos trazem a imagem do índio como preservador da fauna e da flora brasileira.

É o que verificamos em P3, quando o sujeito enunciador assume uma posição de indígena e profere de uma formação discursiva ecológica, conferido por meio da materialidade linguística “DESMATAMENTO” e “MATA”, apresentando uma preocupação referente aos recursos naturais oferecidos pela terra.

Cabe, ainda, apontarmos, no discurso de P3, uma formação discursiva da lei, ao proferir a expressão “DESMATAMENTO ILEGAL”, resultado de um discurso heterogêneo, permeado pela voz do outro (o branco). A expressão provoca um efeito de sentido de concordância com o discurso capitalista do branco, pois fica silenciado, em P3, que se o desmatamento daquela área já fosse legalizado, não haveria problemas em desmatá-la. Ainda por meio da expressão “DESMATAMENTO ILEGAL”, emerge a manifestação de uma das formas de heterogeneidade constitutiva, proposta por Authier-Revuz (1990), no sentido de que há, no discurso em pauta, a presença do Outro, ou seja, não está marcado, linguisticamente, que o sujeito enunciador concorda com o desmatamento legal, mas esse discurso é mostrado no espaço do sugerido.

Compreendemos que o discurso atravessado pelo inconsciente é resultado de um sujeito descentrado, dividido e clivado. Portanto, rastreamos um deslocamento identitário do sujeito discursivo de P3, pois o mesmo é constituído por várias vozes. Coracini (2007, p. 61) afirma que “o sujeito é, assim, fruto de múltiplas identificações – imaginárias e/ou simbólicas – com traços do outro que, como fios que se tecem e se entrecruzam para formar outros fios, vão se entrelaçando [...]”.

Por meio do enunciado, “AS ÚNICAS ÁREAS QUE AINDA NÃO TINHAM SIDO EXTERMINADAS”, o sujeito de P3 denuncia que as demais áreas já foram destruídas. O adjetivo “ÚNICA”, segundo Ferreira (2010, p. 766), significa “que é um só; de cuja espécie não existe outro”. O advérbio “AINDA” marca a questão do tempo e, segundo Neves (2011, p.268), “o advérbio remete a uma situação relativa, até aquele momento, período”, portanto, interpretamos que o sujeito de P3 utiliza a rede social para denunciar uma situação que ele sabia que, a qualquer momento, aconteceria e as autoridades governamentais nada fizeram para impedi-la.

O uso da locução adverbial “NESTE MOMENTO” demonstra, em conformidade com Lévy (1996), que os espaços virtuais possuem o poder de metamorfosear o tempo. O desmatamento acontecia, naquele “momento” e, simultaneamente, já era denunciado e propagado pela rede. E, como os espaços virtuais proporcionam o rompimento das barreiras geográficas, essa denúncia se propaga por todo o mundo.

Ainda em relação à locução adverbial “NESTE MOMENTO”, ela produz um efeito de sentido de verdade, pois ele não enuncia depois que o fato já ocorreu, mas sim,

no “momento” de sua realização, portanto a ação pode ser conferida por quem se interessar pelo tema. Por meio da denúncia apresentada em P3, verificamos que o sujeito enunciator utiliza a rede social, como ferramenta, para exercer o poder de resistência. E baseando-nos, nas reflexões foucaultianas, em relação ao poder, destacamos que o mesmo não é fixo, ele se mostra móvel. Assim, em conformidade com Foucault (1988, p.103), “o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada”.

Destacamos os diferentes efeitos de sentidos da palavra “mata”, ou seja, o deslocamento de sentido desse substantivo empregado por sujeitos distintos e, em contextos discursivos diferentes. O fazendeiro enuncia de uma formação discursiva capitalista em que a “mata” é vista como um empecilho, para o desenvolvimento do agronegócio, algo que se deve “exterminar”, tirar do caminho e “dar lugar as monoculturas”. Já o indígena, ao enunciar de uma formação discursiva ecológica, significa a “mata”, como representante da vida, um bem que deve ser sagrado e preservado. Nessa acepção, Guerra (2008, p.100), afirma que: “[...] o jogo de vozes contraditórias, polêmicas, complementares, algumas mostradas, [...] manifestam os diversos feixes de sentido, que são construídos no fio do discurso”.

No recorte P4, verificamos que o sujeito utiliza o *Facebook*, para além de estabelecer relações sociais; serve-se dele para denunciar a forma desumana com que os indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul são tratados. Recortamos P4 de uma postagem da página “*Apoiamos os Povos Indígenas de Todas as Etnias*”.

**P.4:** É COM PROFUNDO PESAR, VIMOS INFORMAR A TODOS (AS) QUE MENINO GUARANI-KAIOWÁ DE 4 ANOS DO ACAMPAMENTO DA MARGEM DA RODOVIA PONTA PORÃ E DOURADOS FOI ATROPLEADO E DILACERADO PELO CARRO DAS FAZENDAS. À NOITE DO 22/03/2013, UM CARRO SEGUIU E TENTOU ATROPELAR UM GRUPO DE FAMÍLIA GUARANI-KAIOWÁ DO ACAMPAMENTO DE TEKOKA APYKA’I, OS ADULTOS CORRERAM MAS A CRIANÇA NÃO CONSEGUIU SE ESQUIVAR DO CARRO. ASSIM O CARRO PISOU E DILACEROU O MENINO, O CONDUTOR DO VEICULO FEZ ISSO E FOI EMBORA EM ALTA VELOCIDADE DO LOCAL.

Em P4, verificamos a relação de conflito entre os indígenas e os fazendeiros. O “CARRO DAS FAZENDA [sic]” é usado como arma de guerra. O sujeito enunciator,

ao utilizar o verbo “DILACERAR” demonstra a frieza do condutor do veículo e a força desse ato violento, já que o verbo dilacerar (FERREIRA, 2010, p. 225) significa “rasgar em pedaços; afligir muito; torturar; espedaçar-se”.

Ao relatar que a criança Guarani-Kaiowá acampava, às margens da rodovia, entendemos que o indígena não possui um lugar digno de moradia. Note-se que ele não está, nem na área urbana, nem na zona rural. Além disso, o substantivo feminino “MARGEM” (FERREIRA, 2010, p. 490) significa “borda; separado, ou separadamente, em relação a um grupo, acontecimento, etc.”. Destacamos um discurso que deixa emergir a exclusão social enfrentada por esses povos. A representação que temos do indígena, por meio de P4, é a de que ele vive no entre-lugar. Seus traços identitários são constituídos, em meio a esse entre-lugar, onde as culturas ora se distanciam, ora se chocam, ora se entrelaçam e se mesclam. Em conformidade com (GUERRA, 2012, p.40), “[...] a identidade e a diferença têm que ser representadas, pois somente a representação nos leva ao processo identitário, [...] é por meio da representação que a identidade e a diferença se ligam ao sistema de poder”.

É curioso observar que o sujeito de P4 ao discursivizar o acontecimento do atropelamento, narra a forma desumana como os povos indígenas são tratados pelos fazendeiros. Interpretamos essa narrativa como um depoimento da violência praticada pelo branco em relação ao indígena sul-mato-grossense. Ao relatar o acontecido, em meio ao espaço virtual, ele vem atualizar a violência sofrida por esses povos e torná-la visível porque, segundo Lévy (1996), ao lermos um texto e atribuímos-lhe sentidos, no espaço do aqui e agora, realizamos-lhe o processo de atualização e construímos novas imagens. Assim, em P4, rege uma narrativa a qual permite que o indígena não apenas diga, como também se diga, manifeste-se e posicione-se (re)inscrevendo-se na história, visto que o ciberespaço é um lugar que proporciona o encontro de pessoas (des)conhecidas para trocarem conhecimentos, experiências e sentimentos; Dias (2012, p. 51), acredita que “os sujeitos [...] vão tecendo a rede ciberespacial. Esses sujeitos nunca cessam de tecer sua rede (de sentido) [...] nunca cessam de tecer sua “identidade”, já que é a partir dela que ele se reconhecem como sendo um sujeitos no mundo [...]”.

Note-se que o condutor do veículo, depois de ter atropelado a criança, não parou o carro para lhe prestar socorro, “FOI EMBORA EM ALTA VELOCIDADE”. Essa atitude nos leva a acreditar que, nesse confronto entre os fazendeiros e os indígenas,

devido à disputa pela terra, os fazendeiros associam o indígena a animais que caminham, às margens da rodovia e que, corriqueiramente, são atropelados por veículos que trafegam pelas vias públicas. É uma imagem que perpassa a época da colonização pois, de acordo com Limberti (2012), a imagem dos indígenas, construída a partir de um primeiro olhar, ou seja, a imagem dos índios constituída, na Carta de Pedro Vaz de Caminha, revela que o autor, ao descrevê-los assimila-os a animais. “Caminha desqualifica completamente o modo de vida do outro, comparando os índios a animais e atribuindo seus méritos de saúde ao acaso, à gratuidade com que a natureza provê os seres”. (LIMBERTI, 2012, p. 49).

Consequentemente, vimos em P4 um discurso de exclusão, pois, de acordo com Limberti (2012), o discurso da “assimilação” e o da exclusão funcionam um como consequência do outro, em que o *nós* se propõe a transformar o *outro* em *nós*, assimilando-o em seu meio. Tal fato tende a excluí-lo à medida que o *outro* não consegue atender as expectativas do *nós*. É o que acontece no discurso de P4: o outro (o indígena) não atende às expectativas do *nós* (o branco) em relação ao modo de vida, portanto, sua cultura é desqualificada e seus povos são lançados às margens da sociedade.

O discurso de P4 está atravessado por uma FD midiática. O enunciado “INFORMAR A TODOS”, remete-nos a ideia de que existem outros grupos de pessoas interessados pelas causas indígenas, que os respeitam e os tratam humanitariamente. Se assim não fosse não haveria sentido no fato de ele querer “INFORMAR A TODOS”. Em P4, por meio do que não é dito, o sujeito indígena deixa silenciada a esperança de que alguém que esteja sendo “informado” do fato, como as autoridades jurídicas e governamentais, por exemplo, sensibilizem-se e os ajudem, com as devidas providências cabíveis ao caso. Observamos ainda, por meio da expressão supracitada que os direitos humanos não são empregados em prol dos grupos indígenas, uma vez que uma criança é atropelada, oriunda de uma comunidade situada às margens da rodovia, em condições precárias de sobrevivência, e nenhuma providência a favor deles é realizada. Os dirigentes da sociedade são omissos aos fatos.

Rastreamos que tal omissão não se dá somente, no contexto histórico atual, ao buscarmos nos registros históricos, averiguamos que, por exemplo, no ano de 1911, em conformidade com Ribeiro (1977), já existia impunidade para os assassinos de

indígenas. O autor relata que, naquela época, enquanto o Serviço de Proteção aos Índios lutava para obter apoio do governo central, os chefes de polícia negavam-se a prender os assassinos daquele povo e, quando eram presos, os próprios juízes autorizavam soltá-los. Em desrespeito às leis.

O recorte a seguir, retirado de uma postagem da página “Solidariedade ao Povo Guarani Kaiowá”, constrói uma imagem em meio ao espaço virtual de que os indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul precisam da ajuda do branco, para garantirem o próprio sustento. Traçam, desta forma, uma representação identitária de dependência, de submissão, de subalternidade, a saber:

**P.5: SEJA SOLIDÁRIO!!! CONTRIBUA - COMPARTILHE**

Mais de 1000 indígenas kaiowas e Guaranis precisam de ajuda urgente para manter a infra estrutura e garantir alimento para todos que estão acampados na área de retomada em Caarapó- MS. Para aqueles que puderem contribuir, as lideranças da Aty Guasu pediram ao Tribunal Popular que prestasse auxílio solicitando ao militantes, entidades, organizações e ativistas solidários, doações em dinheiro para que esses itens possam ser comprados. Assim, para os interessad@s, por favor enviar e-mail para [tribunalpopular2010@gmail.com](mailto:tribunalpopular2010@gmail.com), por onde passaremos instruções de como realizar o depósito.

O fato de compartilhar a postagem no *Facebook*, em P5 é visto como forma de solidariedade às causas indígenas, pois o discurso provoca esse efeito de sentido ao associar os termos “SEJA SOLIDÁRIO!!!” com “CONTRIBUA - COMPARTILHE”, como se fosse um efeito de causa e consequência em que o ato de compartilhar a postagem gera a consequência de ser solidário.

Por meio de P5, ao problematizarmos o uso da expressão “acampados na área de retomada”, averiguamos, em seu discurso, um interdito, que faz emergir, novamente, o entre-lugar onde o indígena se encontra. Embora não esteja materializado, linguisticamente, no discurso de P5, que o branco lhe tomou a “área” em questão, entendemos que, se a mesma é designada no discurso em pauta, como “área de retomada”, é porque, certamente, em algum momento histórico ela foi-lhes tomada.

Ao escavarmos os acontecimentos históricos acerca dos povos indígenas verificamos que o fato do indígena se encontrar no entre-lugar social e cultural é uma situação que atravessa séculos. De acordo com Ribeiro (1977), praticavam-se a catequese dos indígenas, promoviam-se a separação entre pais e filhos, e acabavam por privar os jovens indígenas de iniciarem as tradições tribais. Esses jovens eram levados

para as missões e preparados para “[...] uma vida de civilizado que não teria oportunidade de viver. Quando voltava à aldeia, via-se lançado à marginalidade, nem era índio eficazmente [...] nem bem era civilizado [...]”. (RIBEIRO, 1977, p.139).

A memória discursiva é acionada por meio da expressão “área de retomada”, no sentido de que ela nos remete a ideia de área de conflito, de disputa, portanto, de violência no embate à disputa pela terra.

Mediante ao uso do quantitativo representado pela expressão “mais de 1000 indígenas Kaiowas e Guaranis”, verificamos uma incompatibilidade entre a realidade e o discurso do senso comum. O discurso, em P5, mostra que a população indígena é numerosa, já no discurso cristalizado na sociedade formou-se a concepção de que esses povos foram extintos e eliminados, por conseguinte que existe apenas uma pequena parcela deles.

A omissão do Estado, em relação às causas indígenas do Mato Grosso do Sul é firmado em P5, quando o sujeito enunciador pede auxílio “ao militantes [sic], entidades, organizações e ativistas solidários”, pois são esses grupos que se organizam e se preocupam em buscarem recursos básicos para garantirem a sobrevivência dos mesmos.

Os recortes que compõem a análise do próximo subitem trazem discursos que indicam que o branco e o indígena travam violentos conflitos por disputarem a posse de terras.

### **3.2 A luta dos indígenas pela conquista do espaço territorial**

Como podemos constatar, mediante a postagem 06, as representações que contemplam o imaginário do que é ser indígena sul-mato-grossense, circulada no meio virtual, apontam para vários espaços do discurso, ou seja, para o interdiscurso. Várias vozes se cruzam, mesclam-se e se fundem. O recorte P6 foi retirado da mesma reportagem, na qual fizemos o recorte P1, que veicula a notícia de que encerraram um inquérito policial do caso de um estupro praticado contra uma menor indígena.

**P.6:** Os povos guarani kaiowá tem sido massacrados pelo Estado brasileiro que está de mão dadas com o agronegócio, armado de jagunços assassinos. Essa aliança, que barra a demarcação e homologação dos territórios indígenas, e legitima a destruição da natureza, impede o acesso à terra, escraviza trabalhadores e concentra

a riqueza, está a serviço do capital e tenta impedir a organização dos indígenas. Mas o povo guarani kaiowá não se ajoelhará perante a tentativa de dar fim à luta que perdura há 60 anos. Mesmo com os despejos, criminalização de liderança, assassinatos e estupros o povo guarani kaiowá seguirá firme, até retomar aquilo que lhes foi tomado: suas terras ancestrais.

Esse discurso é permeado pela formação discursiva (FD) capitalista, como é possível observarmos, por meio do item lexical “*agronegócio*” e do enunciado, “*escraviza trabalhadores e concentra a riqueza, está a serviço do capital*”. A FD capitalista é comum da fala do branco, mas já faz parte, também, do discurso do indígena, o qual é afetado e perpassado pela cultura do outro. Com efeito, demonstra-se um deslocamento identitário do indígena sul-mato-grossense veiculado, na rede social *Facebook*, pois o indígena apresentado aqui traz marcas identitárias de um sujeito bem informado sobre as questões capitalistas, que movem a cultura do branco. Esses traços identitários indicam que o indígena do espaço virtual não é o mesmo, que contempla o imaginário do indígena estereotipado, que vive isolado, no meio do mato, em suas ocas.

Ao problematizarmos o uso do substantivo “jagunço” é acionada a memória discursiva e o contexto histórico atual se funde com o do passado, quando a escravidão se fazia presente. Os senhores (brancos) utilizavam os jagunços, para exercerem o poder da força física para dominarem os escravos e conquistarem terras.

Emerge, nesse enunciado, a dinâmica do poder, tal qual é problematizado nos estudos foucaultianos. Nota-se que, inicialmente, o poder está com o “Estado” e com os “fazendeiros”, que visam a “oprimir” o indígena. Mas, também, está com os indígenas que exercem o poder, por meio de um discurso de resistência, ao enunciar “*o povo guarani kaiowá seguirá firme, até retomar aquilo que lhes foi tomado: suas terras ancestrais*”. E o fato dessa resistência ser propagada, em uma rede social, contribui para que esse discurso seja, rapidamente, disseminado como um micro poder que ajuda o povo indígena na conscientização e na transformação da realidade social.

O próximo excerto, P7, foi recortado da página “*Solidariedade ao Povo Guarani Kaiowa*” de uma reportagem que aborda a questão do desmatamento de uma área cuja posse encontra-se questionada na justiça.

**P7:** Os arrendatários da fazenda “Brasília do Sul”, que hoje encontra-se sob posse questionada na justiça – do latifundiário Jacinto Honório da Silva, iniciaram ontem ( 21 de março de 2013) o desmatamento das duas áreas de mata que ainda restam dentro dos 9.700ha da Terra

Indígena Takwara. Com forte aparato mecânico e grande equipe de tratoristas, os latifundiários estão concretizando uma ameaça que os indígenas já indicavam desde o ano de 2012: a pequena parte de floresta ainda encontrada na aldeia de onde é possível extrair os remédios, realizar a caça e coleta de sementes está nesse momento sendo reduzida a solo nu pelos empresários da terra.

Em P7, detectamos duas vozes que se opõem. De um lado, a voz indígena, onde a “terra”, ideologicamente, representa o lugar de “extrair remédios, realizar a caça e coleta de sementes”; de outro, examinamos, a voz do branco representada pela expressão “aparato mecânico”. Nesse entrelaçamento de vozes averiguamos que há a presença da interdição. A interdição da palavra ocorre porque nem tudo pode ser dito em qualquer situação discursiva. (FOUCAULT, 2012). Nesse viés o enunciador ao discursivizar que “a pequena parte de floresta ainda encontrada na aldeia de onde é possível extrair os remédios, realizar a caça e coleta de sementes está nesse momento sendo reduzida a solo nu pelos empresários da terra”, fica interdito que o branco tira do indígena os meios de sobrevivência, tais como: a produção de alimentos e de remédios. Portanto, identificamos no discurso de P7 a construção de traços identitários que remetem à representação de indígenas vitimizados pelas ações do branco.

A expressão “reduzida a solo nu” ratifica a oposição cultural entre a voz do branco e do indígena; enquanto para o indígena “solo nu” significa a retirada, a queda da floresta e a erradicação da vida naquela área, tornando-a infértil para a sobrevivência, para o latifundiário, significa o começo, o início do cultivo da terra.

Nesse embate pela posse da terra, observa-se que o discurso, em pauta, retrata a morosidade da justiça em atenuar ou erradicar esses conflitos. Ele enuncia que “[...] iniciaram ontem (21 de março de 2013) o desmatamento” e que “os indígenas já indicavam desde o ano de 2012”. Essa demora é entendida como um dos motivos que causou o desmatamento da área mencionada em P7, ou seja, esses povos se tornam invisíveis, sequer são ouvidos.

Note-se que, ao expor a indicativa de que já previam o acontecido, o sujeito se desloca da posição de indígena, utilizando a terceira pessoa, para falar de si. Já, ao discursivizar sobre a preocupação, referente ao desmatamento e aos recursos naturais, identificamos que o sujeito enunciador reassume a posição de indígena, ao adotar uma FD ecológica. Contudo, o sujeito indígena continua sendo representado, na rede social, como aquele que se constitui, em meio ao embate cultural; logo, apontamos novamente

a FD capitalista, comum do discurso do branco, presente em seu dizer “empresários da terra”.

Em P7, por meio da expressão “posse questionada” verifica-se que, além da lentidão, a justiça não se posiciona, nem decide a quem pertence às terras. Mediante a essas atitudes, emerge a memória discursiva, ou seja, a FD do senso comum em que cristalizou discursos que “rotulam” o Brasil, tais como: o Brasil é um país sem leis; “terra de ninguém”, “a justiça é cega”, entre outros.

As locuções verbais presentes em P7, “estão concretizando” e “sendo reduzida” provocam, no discurso, um efeito de sentido de aproximação com os fatos narrados, (re)atualizando o enunciado nas diferentes cenas discursivas.

O recorte P8 foi retirado da página “*Solidariedade ao Povo Guarani Kaiowa*” e é continuidade da reportagem apresentada, em P7, a qual aborda a problemática do desmatamento de uma área cuja posse encontra-se questionada na justiça. Embora os excertos P7 e P8 foram retirados da mesma reportagem, a seguir, analisaremos somente a materialidade linguística de P8:

**P.8:** De acordo com os Kaiowa e Guarani da Aldeia Takwara as terras originárias, encontram-se hoje completamente degradadas, são terras que estão doentes, que vem sendo exploradas pelos fazendeiros latifundiários até o seu limite. Os solos, as águas estão contaminados pelo uso indiscriminado dos agrotóxicos, as florestas foram devastadas e as plantas, animais e eles mesmos já não conseguem mais sobreviver em meio a monocultura de soja e cana-de-açúcar. No vídeo <http://www.youtube.com/watch?v=zPsl-J6Q2fM> realizado em janeiro de 2013, durante o período do ‘Acampamento de Observadores’ é possível observar que esta ação dos fazendeiros, como dissemos, já era prevista pelos indígenas da aldeia.

Ao problematizarmos o uso do adjetivo plural “originárias”, analisamos a estreita relação entre os povos indígenas e a terra, uma vez que o termo Ferreira (2010, p.550) significa “[...] descendente, oriundo”, o que firma essa indissociabilidade entre o índio e a terra.

A terra, em P8, é personificada no dizer do indígena. É materializada, linguisticamente, com o emprego do predicativo do sujeito e qualificador de terra “doente”. Verificamos, por meio da expressão “terras que estão doentes”, um sujeito

que se vê incompleto e angustiado, porque não consegue proteger a terra contra as explorações do branco.

Por meio do discurso de P8 apontamos que a violência contra os povos indígenas não acontece somente de forma física, provocada pelos confrontos, ela acontece, também, silenciosa e paulatinamente provocada pelo envenenamento das águas e da terra pelos agrotóxicos. A representação dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul nesse enunciado é a de um povo visto como objeto, obstáculos, entraves que devem ser retirados do caminho, do progresso, do ato civilizatório.

Além da violência desnudada que são os assassinatos, há a violência camuflada em meio aos interesses capitalistas do homem, ao envenenarem as águas e a terra com o propósito de atenderem as demandas do agronegócio, mesmo que para isso a vida dos povos indígenas locais seja sacrificada: há, portanto, uma banalização da vida do indígena no Estado de Mato Grosso do Sul.

O próximo recorte foi retirado da página “*Solidariedade ao Povo Guarani Kaiowa*” e ilustra o embate entre as duas culturas, na disputa pela posse da terra.

**P.9.** Os indígenas da aldeia Takwara estão defendendo seu território, apresentando resistência aos fazendeiros e seus capangas que estão fortemente armados. Caso, mais uma vez, não haja intervenção efetiva do Estado, esta situação poderá terminar com mais uma tragédia em Mato Grosso do Sul.

Observe-se que o sujeito P9 relata o clima de tensão que sempre existiu entre a população indígena e o branco ao enunciar que *Caso, mais uma vez, não haja intervenção efetiva do Estado, esta situação poderá terminar com mais uma tragédia em Mato Grosso do Sul*, ou seja, não é a primeira tragédia que ocorre no embate entre esses dois povos; e sim, *mais uma*, perante as tantas outras já ocorridas. Há nesse dizer uma naturalização, uma situação de conformismo diante dos embates ocorridos entre as duas culturas. Aqui P9 exprime uma descrença em relação às atitudes políticas do Estado, pois parece comum e aceitável a omissão dos dirigentes e de suas políticas públicas. Averiguamos em P9 que o sujeito enunciator estabelece em seu dizer uma situação de causa e consequência ao utilizar a conjunção “caso” que exprime uma condição, valorizando as atitudes do Estado, uma vez que, acredita que “Caso [...] não haja intervenção do Estado”, isto é, se o Estado intervir não acontecerá nenhuma

tragédia. Mas, ao utilizar locução verbal “poderá terminar” flagramos em seu dizer uma esperança de que mesmo não ocorrendo a intervenção do Estado, há sempre uma possibilidade de não acontecer um embate sangrento perante a circunstância relatada. Ponderamos que se o sujeito enunciador não carregasse consigo essa expectativa, talvez não usasse a locução verbal: ele apenas afirmaria que a situação terminaria de forma trágica.

A locução verbal “estão defendendo” reforça a imagem de que o contato entre as duas culturas é tenso e que existe desde a época da colonização quando houve as primeiras relações entre esses povos. O verbo no gerúndio “defendendo” marca uma ação contínua. E a utilização do verbo “defender”, inserido nesse contexto discursivo, constrói uma imagem negativa, pois a memória discursiva remete a embates e lutas, em que a terra virou objeto de disputa e sua posse motivou sangrentas batalhas.

É interessante verificar que o sujeito de P9 constrói uma imagem dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul como uma população frágil perante o poder paralelo que o branco cria ao servir-se de “capangas e fazendeiros fortemente armados” na disputa pela terra; enquanto o indígena “apenas espera a intervenção do Estado”, numa visível fragilidade de direitos.

A representação identitária dos povos indígenas construída por meio do discurso de P9, é de um povo guerreiro que luta por suas causas, e ao mesmo tempo passivo, pacífico, à espera de uma atitude concreta do Estado - a qual nunca chega-, em prol de suas causas.

O excerto seguinte, P10, foi recortado da página “*Apoiamos os Povos Indígenas de Todas as Etnias*” e nele foi possível observar a utilização da rede social *Facebook* pelo sujeito P10 para (re)contar sua história e assim (re)construir seus traços identitários. E nesse viés, essa nova tecnologia, que perpassa as redes sociais, tem contribuído para o modo de ser/estar dos sujeitos na sociedade, suas novas formas de identidade e subjetividade são construídas nesse espaço virtual.

**P.10.** Em 1500, índios Brasileiros Descobriram Cabral Perdido No Mar”  
POVOS INÍGENAS OS PRIMEIROS HABITANTES DA TERRA!!!  
E HOJE ESTÃO PEDINDO TERRAS PARA MORAR, PEDINDO O DIREITO À VIDA DIGNA QUE TODOS ELES TEM DIREITO, É OBRIGAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL DAR E ELES O QUE JÁ LHEM É DE DIREITO!

As novas tecnologias digitais têm se apresentado como fontes de possibilidades na (des)construção de discursos políticos, econômicos e sociais (re)estruturando e (re)editando cada um desses dizeres. Com isso, em conformidade com Dias (2012, p.16) “o sujeito cria novas formas de ser e estar no mundo”. Em P10, o sujeito enunciador utiliza a rede social *Facebook* para (re)criar a história dos povos indígenas a partir de um outro foco narrativo diferente do contado, por exemplo, nos livros de história, os quais, na maioria das vezes relatam que os portugueses encontraram os indígenas, colocando-os na história como se fossem habitantes secundários dessa nação.

No discurso científico o ato de “descobrir” atribui ao sujeito uma posição de poder, pois, aquele que descobre algo detém um saber e de acordo com os estudos foucaultianos o saber produz poder. Já aquilo que é descoberto assume uma posição de submissão. Logo, o sujeito de P10 (re)constitui a história dos povos indígenas (re)contando-a, traçando novos fios condutores na composição das narrativas que envolvem esses povos.

Nessa esteira, apontamos, por meio do discurso de P10, uma inversão dos fatos narrados, nesse excerto, e os contados a partir de um primeiro olhar, que foi o de Pero Vaz de Caminha. O sujeito P10 expõe que *Em 1500, índios Brasileiros Descobriram Cabral Perdido No Mar*, o que nos leva a considerar uma representação identitária do sujeito como questionador, crítico e conhecedor das duas faces da história: a contada pelos brancos e a vivenciada pelos indígenas. Esse questionamento de P10 é marcado pelo uso do ponto de exclamação, produtor de um efeito de sentido de espanto e admiração: o sujeito enunciador promove um jogo discursivo entre ser os primeiros habitantes da terra, no passado, e terem que pedir terras para morarem, atualmente.

O discurso do sujeito P10 reafirma que a disputa pelo espaço territorial é o princípio desencadeador dos conflitos entre as duas culturas. Se os índios dominavam o espaço geográfico antes da chegada dos portugueses, certamente, houve muitos embates, muitos conflitos sangrentos e massacres para que as terras, hoje denominadas de Brasil, passassem para o domínio do branco. Não existiu um contato pacífico entre esses povos, essa imagem de harmonia entre os dois povos construída por meio dos relatos de Caminha é desnudada e desconstruída, no contexto discursivo do *Facebook*.

Os valores culturais do branco são impostos aos indígenas com a chegada dos portugueses. Por meio das ações capitalistas do branco, a terra, que era algo coletivo para a comunidade indígena, passa a ser particular demarcada e regulamentada.

Fica silenciado no dizer de P10, por meio da expressão *POVOS INDÍGENAS [...] PEDINDO DIREITO À VIDA DIGNA*, que os indígenas não possuem vida digna.

Encontramos nos enunciados apresentados na composição desse capítulo, formações discursivas tais como: a capitalista, a ecológica, a econômica e a do senso comum, que nos conduziram na identificação de alguns traços identitários dos sujeitos indígenas de MS. Dessa maneira, verificamos a representação identitária de um povo, visto como obstáculos que devem ser retirados do processo de civilização.

Nesse capítulo, a imagem do clima de tensão entre as duas culturas, bem como, o descaso das autoridades governamentais é reforçada, pois encontramos, nos enunciados, marcas linguísticas, as quais denunciam que esse grupo social vive em constante luta, por disputarem o espaço territorial com o branco, porque seus direitos são desrespeitados. Os órgãos governamentais e a sociedade insistem em produzir discursos que tendem a neutralizá-los. Porém, averiguamos, nos dizeres constituídos na rede social, que eles são eternos guerreiros e que gradativamente, propagam suas causas, por meio de discursos construídos, em meio a um inovador aparato de guerra, a saber, a mídia virtual.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise apontou para a confirmação da nossa hipótese, levantada no início da pesquisa, já que rastreamos vários fatores que comprovam o entre-lugar identitário, cultural e econômico, em que os povos indígenas de Mato Grosso do Sul se encontram.

Procuramos no decorrer desta pesquisa compreender como os povos indígenas sul-mato-grossenses são representados e se representam no contexto discursivo do *Facebook* para, assim, chegarmos ao processo de constituição identitária desses povos.

Por acreditarmos que o sujeito da linguagem se constitui como resultado do inconsciente, da heterogeneidade e da relação com o outro, apontamos que os sujeitos pesquisados são constituídos, em meio a falta, a incompletude e sofre coerções de interdiscursos advindos da cultura do branco e, portanto, se reconhecem em sua alteridade. Dessa forma, encontramos o sujeito pós-moderno, uma vez que, o sujeito indígena discursivizado no *Facebook*, não apresenta uma identidade fixa, ela é fragmentada pelos interdiscursos e pelas formações discursivas que a compõe. Os interdiscursos são provenientes de vozes tanto do branco, quanto do indígena, portanto são motivadas por ideologia, cultura e valores diferentes, permitindo aos sujeitos pesquisados serem, simultaneamente, diferentes e semelhantes perante a cultura do branco.

Observou-se, nas regularidades dos discursos contidos nos enunciados P1, P2, P3, P4 e P5, o uso da rede social *Facebook*, como um aparato midiático, para se denunciarem a exclusão enfrentada pelos povos indígenas de MS. Rastreamos ainda nos enunciados P6, P7, P8, P9 e P10, que a disputa pela posse de terras é o principal fator desencadeador dos conflitos existentes, entre os povos indígenas e o branco. O valor atribuído a terra se difere, entre essas culturas; enquanto o branco apropria-se dela, para explorá-la e tirar-lhe todas as riquezas, para a cultura indígena, a terra é um bem sagrado, por isso deve ser preservado, pois simboliza a vida.

Por meio do processo analítico do eixo I “O *Facebook* como ferramenta de denúncia de exclusão”, destacamos que os indígenas discursivizados, na referida rede social, constitui-se identitariamente, ora com traços, que remetem a seus povos, ora com traços identitários típicos do branco. Dessa forma, vozes se entrelaçam, mesclam-se formando uma rede híbrida de dizeres, na qual identificamos formações discursivas, que

atravessam o discurso dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul, tais como: a capitalista, a política, a legal e a midiática. Essas formações discursivas aparecem, nos dizeres veiculados na rede social, e provocam deslocamento identitário uma vez que averiguamos que os sujeitos índios, em alguns momentos discursivos, apropriam-se da cultura e da voz do branco, estrategicamente, para resistirem ao poder que o branco insiste em impingir-lhes. Consequentemente, a identidade do branco passa a ser um lugar garantido, para que os povos indígenas sul-mato-grossenses possam reivindicar seus direitos. Assim, identificamos no sujeito enunciador de P6, um discurso que nos conduz a uma representação identitária de resistência, a qual, se consolida por sujeitos que se encontram em condições desvalorizadas, desfavoráveis perante a sociedade dominante, mas resistem e lutam contra a segregação.

Por meio das FDs supracitadas constrói-se, também, uma representação identitária de que os sujeitos indígenas não são pacíficos, mediante ao poder que o branco tenta lhes impor, mas sim, politizados, guerreiros, questionadores, informados, conforme pudemos verificar nos dizeres dos sujeitos de P2, P6 e P10, respectivamente.

Interpelado por um discurso assimilador, identificamos no enunciado P4, um discurso de exclusão, uma vez que, o branco compara o sujeito indígena a animais que caminham às margens da rodovia. Por meio desse discurso assimilador, detectamos o lugar desprivilegiado em que esses povos estão inseridos, ou seja, o entre-lugar social em que eles se encontram; nem estão inseridos na área urbana e nem na zona rural, mas sim, às margens das rodovias.

Quanto ao eixo II “A luta dos indígenas pela conquista do espaço territorial” destacamos o fato de que os povos indígenas lançam mão do *Facebook*, para além de estabelecerem laços sociais, eles o utilizam, a fim de denunciarem a violência a que são submetidos. A rede social, para eles, serve como um aparato de guerra, nos embates pela conquista do espaço territorial e contra a exclusão. Os indígenas do mundo contemporâneo mudaram as armas de guerra, ao persistirem em suas lutas e resistência contra as imposições do branco. O arco e a flecha utilizados por eles, no período colonial, cederam lugar a essa ferramenta midiática que é o *Facebook*, já que os indígenas, pesquisados, utilizam-no, estrategicamente, para combaterem a exclusão e as violências praticadas contra suas comunidades e tornarem suas próprias causas mais visíveis perante a sociedade, a qual insiste em neutralizar esta problemática.

Por meio de interdições discursivas chegamos a representações identitárias dos povos indígenas sul-mato-grossenses, perpassadas no espaço virtual, tais como: vítima, oprimido, frágil, objeto e obstáculo, propagando, assim, a imagem de tensão entre as duas culturas.

Observamos que a história e os traços identitários acerca dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul são (re)construídos, em meio ao espaço virtual do *Facebook*. Salienta-se, pois, que não encontramos, no decorrer desta pesquisa, os traços identitários que remetem àquele índio estereotipado, que vive isolado no meio da mata, com traços identitários de “bom selvagem”, constituído na literatura brasileira. Acreditamos que a virtualização é capaz de transformar uma realidade e provocar mutações identitárias. Essa nova tecnologia, que é a rede social *Facebook*, proporciona aos sujeitos indígenas uma nova possibilidade de se (re)inventar, (re)constituir e, conseqüentemente, de ser/estar na sociedade.

As postagens abordando a temática indígena de Mato Grosso do Sul, funcionam, na rede social, como um suporte à atualização do nosso imaginário sobre o que é ser indígena sul-mato-grossense do século XXI. E nesta atualização a imagem desses povos construídas, desde a época da colonização e que perpassa ainda os dias atuais, pela educação e pelos livros didáticos, é (des)construída, uma vez que, a imagem desses povos foi inventada por Caminha (1500), de acordo com sua própria escala de valores, as quais atendiam as normas sociais e as concepções ideológicas da esquadra de Cabral, no século XVI.

Conferimos, por meio dos discursos veiculados no *Facebook*, que os traços identitários dos indígenas estão em constante (trans)formação. Uma vez que o processo identitário não é fixo e acabado, ele sofre mutação. O indígena atual agrega, em sua cultura, traços identitários comuns à cultura do outro (o branco). Ele é vítima, oprimido, excluído e, ao mesmo tempo, é político, capitalista, informatizado e estratégico. Todos esses traços identitários constituem o indígena e perpassam o contexto discursivo do *Facebook*, compondo o imaginário sobre o que é ser indígena sul-mato-grossense da contemporaneidade.

Notamos, a partir das condições de produção de discursos produzidos, na época da colonização, que esses povos eram excluídos por possuírem costumes culturais diferentes do eu (o branco). Vimos, também, que esses costumes relacionados à cultura

indígena sofreu uma metamorfose em que práticas culturais do branco foram incorporadas a seus costumes. Mesmo assim, a exclusão permanece, agora, pelo fato de terem seus hábitos culturais e econômicos afetados pelos modos de vida do branco, haja vista que, uma cultura nacional atua como foco de identificação e de sistema de representação e possui um sentimento de unificação, homogeneização, logo, em nome de uma identidade cultural nacional, a sociedade brasileira ignora as diferenças dos sujeitos indígenas.

Enfim, os discursos analisados a partir das páginas indígenas, constituídas na rede social *Facebook*, são mediados pelo capitalismo, provocando nos sujeitos indígenas sul-mato-grossenses, uma grande crise identitária pois, impõe-lhes novas formas de se (re)apresentarem e, dessa forma, são excluídos dentro do próprio território. Nesse viés discursivo, reflexões acerca de como uma determinada cultura compreende o outro, diferente de si, torna-se uma indagação constante.

## REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Eurípedes. A rede que abraça todo o planeta. **Revista Veja**. Edição 1381 de 01 de março de 1995. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em: 17 jun. 2013, às 14h10min

ALENCAR, José. **O guarani**. 20. ed. São Paulo: Ática, 1996. Disponível em: <http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/bv000135.pdf>. Acesso em: 28 maio 2013 às 12h 34min.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Trad. Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). Trad. Celene Cruz e Wanderley Geraldi. **Cadernos de estudos linguísticos**, n.19. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p. 25-42.

BARRETO, Helder G. **Direitos Indígenas: vetores constitucionais**. Curitiba: Juruá, 2011.

BAUDRILLARD, Jean. **Tela total: mitos-ironias do virtual e da linguagem**. Trad. Juremir M. da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2011.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

BRASIL. **Código civil**. 1916. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/13071.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/13071.htm)> Acesso em: 03 set. 2013 às 11h55min.

\_\_\_\_\_. **Código civil**. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/13071.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/13071.htm)>. Acesso em: 03 set. 2013 às 12h10min.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. **O poder da identidade: a era da informação; economia, sociedade e cultura; v.2**. Trad. Klauss B. Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAMINHA, Pero Vaz de. **A carta**. Disponível em: <[http://www.dominipublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select\\_action=&co\\_autor=105](http://www.dominipublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action=&co_autor=105)>. Acesso em: 28 maio 2013 às 14h 33min.

CORACINI, Maria. J. **A celebração do outro: arquivo, memória e identidade**. Campinas: Mercado de Letras, 2007a.

CORACINI, Maria. J. Pós-modernidade e as novas tecnologias: no discurso do professor de línguas. In: CORACINI, M. J. **A celebração do outro**. Campinas: Mercado de Letras, 2007, p.209-224.

\_\_\_\_\_. **Um fazer persuasivo**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2007b.

CORACINI, Maria J.; UYENO, Elzira Y.; MASCIA, Marcia. A. A. (Org.). **Da letra ao píxel e do píxel à letra**: uma análise discursiva do e sobre o virtual; identidade, leitura e escrita, formação de professores e ensino-aprendizagem de línguas. Campinas: Mercado de Letras, 2011.

DAQUINO, Fernando. **A história das redes sociais**: como tudo começou. Disponível em: <<http://www.tecmundo.com.br/redes-sociais/33036-a-historia-das-redes-sociais-como-tudo-comecou.htm>>. Acesso em: 14 jun. 2013. 21h53min.

DIAS, Cristiane P. **Sujeito, sociedade e tecnologia**: a discursividade da rede (de sentidos). São Paulo: Hucitec, 2012.

DURIGAN, Marlene; MARCHEWICZ, Rosa M. S. Com a palavra, os índios: uma introdução ao estudo das representações no mundo Terena. In: ROSA, Andréa M.; MARQUES, Carina N.; SOUZA, Claudete C; DURIGAN, Marlene (Org.). **Povos Indígenas**: reflexões interdisciplinares. São Carlos: Pedro e João Editores, 2012, p. 69-96.

ECHERT-HOFF, Beatriz M. e CORACINI, M. J. (Org.). **Escritura de si e alteridade no espaço papel-tela**: alfabetização, formação de professores, línguas materna e estrangeira. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

FACEBOOK. **Política de uso de dados**. Edição de 11 de dezembro de 2012. Disponível em: <[https://www.facebook.com/full\\_data\\_use\\_policy](https://www.facebook.com/full_data_use_policy)>. Acesso em: 18 jun. 2013 às 12h25min.

FACEBOOK passa Orkut e vira maior rede social do Brasil, diz pesquisa. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2012/01/facebook-passa-orkut-e-vira-maior-rede-social-do-brasil-diz-pesquisa.html>>. Acesso em: 16 jun.2013 às 22h10min.

FERREIRA, Aurélio B. de H. **Mini Aurélio**: o dicionário de língua portuguesa. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FERREIRA, Eva M. L. **A participação dos índios Kaiowá e Guaraní como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Laranjeira**. 2007. 111f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2007.

FIORIN, José L. **Linguagem e ideologia**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

\_\_\_\_\_. A Escrita de Si. In: \_\_\_\_\_. **Ditos & Escritos V- Ética, Sexualidade, Política**. Trad. Elisa Monteiro; Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 198, p. 144-162.

\_\_\_\_\_. Método. In: \_\_\_\_\_. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Trad. Maria T. da C. Albuquerque e J. A. Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, p.102-113.

\_\_\_\_\_. O que é um autor? In: \_\_\_\_\_. **Ditos & Escritos III**. Trad. Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 264-298.

\_\_\_\_\_. A vida dos homens infames. In: \_\_\_\_\_. **O que é um autor?** Lisboa: Passagens, 1992. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/38259730/Foucault-Michel-a-Vida-Dos-Homens-Infames>>. Acesso em: 14 set. 2013 às 14h 55min.

GUERRA, Vânia. M. L. **Práticas discursivas**: crenças, estratégias e estilo. São Carlos: Pedro & João Editores, 2008.

\_\_\_\_\_. Entre a mídia impressa e o discurso da “integração”, a construção identitária dos indígenas. In: CORACINI, M. J (Org.). **Identidades silenciadas e (in) visíveis**: entre a inclusão e a exclusão. Campinas: Pontes, 2011, p.127-148.

\_\_\_\_\_. Indígenas e Identidades: um olhar discursivo sobre a luta pela terra. In: ROSA, A. M.; MARQUES, C. N.; SOUZA, C.C; DURIGAN, M. (Org.). **Povos Indígenas**: reflexões interdisciplinares. São Carlos: Pedro e João Editores, 2012, p.43-68.

GONÇALVES, Carlos B. O movimento ecumênico protestante no Brasil e a implantação da missão Caiuá em Dourados. 2009. 223f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009.

GORE, Jennifer. M. Foucault e Educação: fascinantes desafios. In: SILVA, Tadeu da Silva (Org.). **O Sujeito da Educação**. Petrópolis: Vozes. 1994, p.9-19.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.

\_\_\_\_\_. **Da diáspora**: Identidades e mediações culturais. Trad. Adelaide L. Guardia Rezende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Bethania S. Mariani. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, p.11-38.

JADIR, Pavão Jr.; RAFAEL, Sbarai. O que quer o senhor das redes. Revista Veja. Edição 2237 de 05 de outubro de 2011. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em: 18 jun. 2013. 10h45min.

LÉVY, Pierre. **O que é virtual?** Trad. Paulo Neves. São Paulo: Ed.34, 1996.

\_\_\_\_\_. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed.34, 1999.

LIMBERTI, Rita de C. P. **Discurso indígena: Aculturação e polifonia**. Dourados: Editora UFGD, 2009.

\_\_\_\_\_. **A imagem do índio: discursos e representações**. Dourados: Editora UFGD, 2012.

LUCIANO, Gersem dos S. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154565por.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2013.

NEVES, Maria Helena de M. **Gramática de usos de português**. 2.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2007.

\_\_\_\_\_. **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2008.

PÊCHEUX, Michel. A análise do discurso: três épocas (1983). Trad. Bethania S. Mariani. In: GADET, F. HAK, T. (ORGS). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, p. 307-315.

\_\_\_\_\_. Análise automática do discurso (AAD-69). Trad. Bethania S. Mariani. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, p. 59-158.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni P. Orlandi. 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.

\_\_\_\_\_. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). Trad. Bethania S. Mariani .In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, p.159-250.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

SANTANA, Ana L. História do facebook. **Info escola:** navegando e aprendendo. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/internet/historia-do-facebook>>. Acesso em: 18 jun. 2013 às 20h55min.

SANTOS, Carvalho A. **A misteriosa história do brasileiro que fundou o Facebook.** Disponível em: <<http://super.abril.com.br/tecnologia/misteriosa-historia-brasileiro-fundou-facebook-611665.shtml>>. Acesso em: 16 jun. 2013 às 20h01min.

SILVA, Jovan V. da. A multiface da empresa mate laranjeira. **Coletâneas do Nosso Tempo**, v.1, n.1. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/coletaneas/article/.../122>>. Acesso em: 12 jul. 2013 às 14h33min..

SCHERER, Amanda E. A escrit(u)ra de si: uma história do sujeito pela alteridade. In: ECHERT-HOFF, Beatriz M.; CORACINI, Maria. J. (Org.). **Escritura de si e alteridade no espaço papel-tela:** alfabetização, formação de professores, línguas materna e estrangeira. Campinas. Mercado de Letras, 2010, p. 107-120.

SOUZA, Jessé. **A Construção Social da Subcidadania:** para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

## ANEXO A

### MEMORIAL DESCRITIVO

[...] escrever é sempre uma ação (ou um gesto se preferirmos) que se dá, ao mesmo tempo, em dois sentidos: de fora para dentro e de dentro para fora. Toda escrita é inscrição de si, ainda que o gênero textual exija, por convenções tácita e anonimamente acordadas, um (im)possível afastamento, uma (im)possível objetividade que deveria fazer o objeto falar(-se), como é o caso do discurso científico e do discurso jornalístico. (CORACINI; ECKERT-HOFF, 2010, p. 9).

Até agora tentei, mesmo que ilusoriamente - afinal essa ilusão é necessária para que o sujeito continue a produzir discursos -, constituir uma escrita mais objetiva possível, por se tratar de um trabalho científico. Mas, neste momento para compor a escritura de si, é preciso deixar emergir nesse discurso, sem medo, a subjetividade e a alteridade, trazendo os outros que me constituem: pai, mãe, família, instituições e amizades construídas ao longo de minha trajetória.

Sou a filha mais nova de uma família com três filhas. Nasci na cidade de Paranaíba-MS, porém, habitávamos na zona rural. Meus pais eram funcionários em uma fazenda a 65km do município de Paranaíba. Meu pai, Leonel Carvalho exercia a profissão de lavrador nessa fazenda e minha mãe, Sidélia Dias Carvalho cuidava das três filhas e dos afazeres da casa.

Com o tempo fomos crescendo e minha irmã mais velha, Gislaine Dias Carvalho, já morava com minha avó paterna na área urbana da cidade para estudar, visto que na fazenda isso não era possível. Apesar de meus pais não terem muito estudo, sempre o priorizaram em nossas vidas (minha e de minhas irmãs), pois viam neste a única opção para que pudéssemos obter uma condição financeira e social melhor do que a que eles possuíam.

Porém, a separação de minha irmã mais velha de meus pais causava muito sofrimento à família e, já estava chegando a hora de minha irmã do meio, Rosângela Dias Carvalho, iniciar, também, os estudos. Diante de tal situação, meus pais mostraram toda valentia contra os obstáculos que a vida nos oferece e, decidiram se mudar para a

cidade, mesmo sabendo que passariam por muitas dificuldades financeiras. Naquele momento, a prioridade era manter a família unida e garantir o estudo das filhas.

Corajosos e singulares que são, venceram todos os desafios juntos com muito amor e dedicação. Meu pai, de início, retomou sua profissão de construtor que aprendera muito cedo, desde sua infância. E, minha mãe, guerreira que é, aprendeu o ofício de costureira, e juntos superaram todas as dificuldades e não deixaram nada faltar em casa como, por exemplo, comida, vestimenta, material escolar e entre outros.

Passaram-se dois anos e meio após o deslocamento da zona rural para a área urbana, eu já com seis anos de idade, iniciei minha vida escolar na Escola Estadual Aracilda Cícero Correa da Costa, no antigo Pré III, nomenclatura atual Jardim III. Terminado o ano letivo, minha mãe transferiu minhas irmãs e eu para a Escola Estadual Wladislau Garcia Gomes, onde estudei até terminar o terceiro ano do antigo Colegial.

Deste tempo carrego boas lembranças e sinceras amizades. Hoje, quando me recordo daquela época, penso que às vezes entrei para o mundo das Letras porque sempre tive boas professoras de Língua Portuguesa, a exemplo da Prof. Marta e Maria Aparecida Cobra.

Quando terminei o Colegial tive que ir trabalhar, pois a regra de meus pais era que eles nos sustentariam por completo até terminarmos esta etapa do estudo, depois teríamos que trabalhar durante o dia e cursar uma faculdade no período noturno. E assim procederam com as três filhas. Meu primeiro vestibular foi para o curso de Direito na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul- UEMS, mas, não fui aprovada, foi quando tive a oportunidade de fazer cursinho à noite na Escola Particular Educandário Santa Clara-Preve Objetivo. Como a mensalidade era cara e eu ainda não tinha um emprego, ofereci meus serviços na escola durante o dia em troca do valor da mensalidade do cursinho. O Diretor, Julio Carlos da Silva, aceitou minha proposta e colocou-me para prestar serviços de ajudante na biblioteca.

Findado o semestre, prestei vestibular, novamente, para o curso de Direito pela Fundação Municipal de Educação e Cultura-FUNEC, desta vez fiquei bem próxima da aprovação, minha colocação ainda não era o suficiente para ser aprovada, fiquei na lista de espera.

Naquele momento, me vi fora, novamente, da faculdade e também sem emprego para pagar mais um semestre de cursinho, pois o combinado com o Diretor do Preve

Objetivo era apenas para um semestre. Mas, como Deus nunca abandona seus filhos, passado alguns dias o prof. Julio Carlos me chamou em sua sala dizendo que tinha gostado de meus serviços e que tinha surgido uma vaga para trabalhar na recepção da escola. Eu prontamente aceitei e desta vez ganhando um salário que dava para pagar o cursinho e ainda sobrava um pouco.

Durante o cursinho eu tive a honra de ser aluna da prof. Vanda Lúcia de Freitas, mais uma ótima professora de Língua Portuguesa, lembro-me que era contagiada pelo seu prazer em ensinar a matéria. E, se eu já gostava da disciplina, esta professora vez com que eu a amasse. Foi quando resolvi parar de brigar contra meu destino e entrar para o mundo das letras.

Terminado aquele semestre, prestei vestibular para o curso de Letras na Faculdades Integradas de Paranaíba - FIPAR. Desta vez, fui aprovada e comecei a cursar. Durante minha graduação, a Faculdade possuía uma administração que preocupava mais com o número de alunos do que com a qualidade de ensino, apesar disso, tive alguns bons professores. Por exemplo, a professora Rose Mary Ferreira de Carvalho Leonel, a qual fazia valer a pena eu sair de minha casa, cansada, depois de nove horas de trabalho e, ir para a Faculdade.

O último ano de minha graduação foi o mais especial e motivador para que eu prosseguisse com meus estudos, pois depois de várias trocas de coordenação no curso, naquele ano de 2007, o Prof. Me. Luiz Miguel assumiu a coordenação do mesmo, dando uma guinada no curso. Foi no ano de 2007, que comecei a pensar na possibilidade de fazer mestrado pois, o coordenador supracitado, no mesmo ano, organizou o evento científico denominado “VII Semana de Letras” e convidou o Prof.º Dr.º José Batista de Sales para proferir uma palestra. Nesta oportunidade, o mesmo, nos convidou para prestarmos o processo seletivo do Programa de Pós Graduação em Letras, em nível mestrado, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, do Câmpus de Três Lagoas. Explicou-nos também como poderíamos fazer para cursarmos uma disciplina como aluno especial.

Contagiada pelos incentivos do Prof.º Me. Luiz Miguel em continuar meus estudos, no início de 2008, fiz a inscrição para cursar como, aluna especial, na disciplina Tópicos de Morfologia, ministrada pelo Prof.º Dr.º Rogério Vicente Ferreira. Desde então, começou minha trajetória na UFMS. Achei a disciplina muito difícil e, ao cursá-

la emergiu em mim, um sujeito da falta, uma vez que percebi o quanto minha graduação tinha deixado lacunas. Mas, mesmo enfrentando muitas dificuldades intelectuais e financeiras para sustentar as viagens semanais, consegui terminar a disciplina.

Este sentimento de falta e de sujeito desejante foi imprescindível para meu ingresso no mestrado. Nem me arrisquei prestar o processo seletivo naquele ano, tinha ciência de que havia uma longa caminhada de estudos, na busca desse objetivo. Ainda, no ano de 2008, fui familiarizando-me com o meio científico. Participei na modalidade de comunicação oral no 56º Seminário do GEL com o trabalho intitulado “*Cognatos: Palavras-Chave no Aprendizado de Línguas*”, trabalho resultante de meu TCC.

Em 2009 o Prof. Me. Luiz Miguel convidou-me para ministrar aulas no curso de Graduação, em Letras, da FIPAR. No início era, somente, aula de Estágio Supervisionado de Língua Portuguesa, já no ano seguinte, como aprovação do meu trabalho, lançou-me o desafio de ministrar aulas, também, de Introdução à Linguística.

Embarquei, incondicionalmente, nesse desafio e tive que estudar muito para conseguir cumpri-lo da melhor maneira possível. Paralelamente a esta ascensão profissional como professora, eu continuava a trabalhar na escola Preve Objetivo, já como responsável pelo setor financeiro e pelo departamento pessoal da escola. E, quase enlouquecendo, fui administrando as duas jornadas de trabalho, em ofícios muito distintos um do outro.

Em 2010, como fruto de estudos e na tentativa de produção de um projeto de pesquisa, para o ingresso no Mestrado, participei do VII Simpósio Científico-Cultural (Sciencult): Educação, Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável, promovido pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, Campus de Paranaíba, na modalidade de comunicação oral, com o trabalho denominado “*Aspectos da Linguagem Escrita de Detentos do Estabelecimento Penal de Paranaíba*”. Naquele ano, prestei o processo seletivo do Programa de Pós Graduação, nível mestrado, pela UFMS, mas fui aprovada apenas na prova de proficiência. Esta reprovação serviu para que eu me dedicasse ainda mais aos estudos e não desistisse de meus objetivos.

Em 2011, sentia-me mais preparada intelectual, financeira e emocionalmente para encarar o desafio de cursar o Mestrado. Digo, emocionalmente, porque vinha de um relacionamento sólido de seis anos e meio com meu atual esposo, Ediclei dos Santos

Silva e, nos momentos em que, às vezes, eu fraquejava, ele sempre me aconselhava e dava forças para que eu pudesse continuar minha caminhada pelos estudos.

Contudo, no primeiro semestre do ano de 2011, resolvi tentar ser aluna especial, mas dessa vez na disciplina, Análise do Discurso, ministrada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vânia Maria Lescano Guerra. Logo no início, em meio a tantas leituras (Foucault, Pechêux, Coracini, Hall e entre outros), vi-me perdida, novamente: a cada aula, a Prof.<sup>a</sup> Vânia com seu vasto conhecimento teórico, foi-me (des)construindo. E, a vontade de saber cada vez mais sobre esse campo teórico, instigante, que é a Análise do Discurso, foi tomando conta do meu ser.

A paixão era tanta que em casa chegou a virar um problema, pois ficava tentando analisar os interditos, as formações discursivas, entre outros, no discurso de meu marido que dizia: - “Já vem você analisar tudo o que eu falo e também o que eu não falo”.

Terminado essa disciplina tive a certeza de que era, realmente, com esse campo teórico que eu queria trabalhar, pois fui contagiada, completamente, pela AD graças às sábias palavras da Prof.<sup>a</sup> Vânia, a qual durante as aulas, transitava com muito domínio entre as teorias que envolvem a disciplina, não excluindo a didática e o compromisso com que ministrava os conteúdos, apresentando muita clareza em seu discurso acadêmico.

Ainda, na busca por conhecimento, continuava minha trajetória de estudos, a fim de atingir meu objetivo principal que era cursar o mestrado; participei em 2011 do II Encontro Regional do Grupo de Estudos de Linguagem do Centro-Oeste (Gelco) realizado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, Campus de Três Lagoas, com a apresentação do trabalho “*Questões sobre ideologia e discurso no contexto da educação brasileira*” em coautoria com mais três colegas.

Em setembro de 2011 apresentei, também, o trabalho científico sob a forma de comunicação oral com o título “*A Constituição Identitária da Presidente Dilma Rousseff na Revista Veja*”, no VIII Simpósio Científico-Cultural (SCIENCULT) – Práxis Educacional, Direitos Fundamentais e Política: Perspectivas para o Século XXI. Vale ressaltar que esse trabalho foi resultado do artigo de conclusão da disciplina, Análise do Discurso.

Por fim, no ano de 2012, ingressei como aluna regular e orientanda da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vânia M. L. Guerra, no Programa de Pós Graduação em Letras, nível mestrado, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas.

No primeiro semestre de 2012, cursei três disciplinas uma foi *Linguística Aplicada I*, ministrada pela Prof. Dr. Celina Aparecida G. de Souza Nascimento, que não se eximia em cobrar os entendimentos e contribuições de cada leitura, mesmo das mais complexas tais como *Palavras Incertas: as não-coincidências do dizer* de Authier-Revuz (1998). A disciplina *Políticas Linguísticas*, ministrada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Claudete Cameschi de Souza, em parceria com a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Onilda Sanches Nincao, contribuiu para a constituição de minha pesquisa no sentido de que pude compreender melhor a ideologia e a heterogeneidade dos povos indígenas de MS. E, a disciplina, ministrada pelos Profs.Drs. Edson Rosa Francisco de Souza e Eduardo Penhavel de Souza, foi de muita valia, pois foi explanada de uma forma muito didática por ambos os professores, uma síntese de várias correntes teóricas que envolvem os Estudos Linguísticos. Pude ter noção de como cada uma delas, como por exemplo, o Funcionalismo, o Estruturalismo, a Análise da Conversação e entre outras, trabalham na realização de suas pesquisas.

No segundo semestre de 2012, cursei as disciplinas *Estudos de línguas em contextos multilíngues*, ministrada pelas Profs.Drs. Claudete Cameschi de Souza e Onilda Sanches Nincao e, a disciplina, *Linguística Aplicada II*, ministrada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Celina Aparecida G. de Souza Nascimento e pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vânia Maria L. Guerra. Essa disciplina foi de suma importância na constituição de minha pesquisa, uma vez que realizei leituras de autores como Coracini, Bertoldo, Mascia, e ainda tive acesso os entendimentos sobre os estudos foucaultianos trazidos por meio do discurso da Prof.<sup>a</sup> Vânia.

Em meio ao sufoco que passava para conseguir realizar todas as leituras, fichamentos, resumos e seminários que as disciplinas exigiam e, ainda, os afazeres em meu trabalho, participei com apresentação oral do trabalho “*A constituição identitária dos indígenas a partir do processo de referenciação do discurso*”, em outubro de 2012, no VI Encontro Nacional do Grupo de Estudos de Linguagem do Centro-Oeste (GELCO) e IV Colóquio Regional no Brasil da Associação Latinoamericana de Estudos do Discurso (ALED), evento conjunto realizado na Universidade Federal de Mato

Grosso do Sul - Câmpus de Campo Grande. Este trabalho foi resultado do artigo apresentado como quesito de conclusão da disciplina *Linguística Aplicada I*.

Apesar de ter apresentado, no processo seletivo, do mestrado, um projeto de pesquisa que propunha analisar a constituição identitária de indígenas em sites e blogs, em abril de 2012, resolvi mudar o contexto discursivo que comporia meu *corpus* por encontrar muita dificuldade em recortar os textos de sites e blogs, os quais não me passavam credibilidade. Apresentei à minha orientadora o projeto intitulado “*A ESCRITA DE SI E A CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA DE UNIVERSITÁRIOS INDÍGENAS DE MATO GROSSO DO SUL*”, o qual trazia como proposta a análise da escrita indígena a partir de trabalhos de conclusão de cursos. Mas, minha orientadora experiente que é, certamente, percebeu minhas agonias e o quanto ainda estava imatura com relação à constituição de meu *corpus* e à abordagem da temática indígena. Decidimos diante dessas dúvidas e incertezas, no final do ano de 2012, minha orientadora e eu, trabalharmos com a constituição identitária de indígenas sul-mato-grossenses em meio às novas tecnologias. Eu comecei, mais uma vez, a incansável busca pela constituição dos dados da pesquisa, que cessou quando produzi o artigo para obtenção de nota final da disciplina, *Linguística Aplicada II*, em que analisei as relações de saber/poder no contexto discursivo do *Facebook*. A partir desse trabalho, consegui definir o *corpus* e produzir outro trabalho que apresentei, em abril de 2013, no “IV SELL - Simpósio Internacional de Estudos Linguísticos e Literários da UFTM”, realizado na Universidade Federal do Triângulo Mineiro, já com o título “*A (des)construção identitária de indígenas sul-mato-grossenses no contexto discursivo do Facebook*”.

Em março de 2013, diante da oportunidade de ser bolsista da CAPES, afastei-me das demais funções para dedicar-me, em tempo integral, aos estudos. O fato de ter me tornado bolsista contribui para que eu pudesse estudar muito. Considero essa etapa do mestrado o começo de uma carreira acadêmica, a qual desejo cada vez mais adentrar. Para tanto, não medirei esforços para me (des)construir intelectualmente.

**ANEXO B**  
**POSTAGENS**



















